Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour banco

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Prezados acionistas,

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), acrescidas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes sobre essas Demonstrações Financeiras.

DESTAQUES DO PERÍODO

Balanço Patrimonial (R$ milhões)	31/12/2022	31/12/2021	Δ%
Ativos totais	16.777	14.174	18%
Carteira de crédito	15.898	13.194	20%
(-) Provisão para Perda Esperada (PCLD)	(2.390)	(1.579)	51%
Passivos financeiros	11.069	8.800	26%
Patrimônio líquido	3.172	2.861	11%

Resultados (R$ milhões)	31/12/2022	31/12/2021	Δ%
Resultado bruto da intermediação financeira	3.247	2.642	23%
Despesas com Provisão para Perda Esperada (PCLD)	(2.790)	(1.541)	81%
Resultado operacional	531	978	-46%
Lucro líquido	363	626	-42%

Índice de Basileia Nível I

16,4%

O Índice de Basileia finalizou 2022 no patamar de 16,4%, uma redução de 0,4 p.p. com relação ao patamar de 2021, bem acima do mínimo requerido pelo regulador local (10,5%). A principal alavanca do nosso indicador é o RWACpad (ativos ponderados pelo risco de crédito), que cresceu conforme o crescimento da carteira de crédito no período.

Somando todos os nossos esforços para sermos uma empresa cada vez mais eficiente e nosso comprometimento em remunerar nossos acionistas, conseguimos atingir uma rentabilidade em relação ao patrimônio (ROAE) de 14,0% e uma rentabilidade em relação aos ativos (ROAA) de 2,6%.

Rentabilidade

ROAE	ROAA
14,0%	2,6%

Índice de Eficiência

29,5%

O índice de eficiência atingiu 29,5% em 2022, com uma redução de 4,2 p.p. em relação a 2021, resultado de uma gestão de custos mais eficiente.

A margem líquida de juros atingiu 20,6% em 2022, um aumento de 0,7 p.p. em relação ao exercício de 2021, devido ao aumento da receita de juros no período.

NIM (exPCLD) (i)

20,6%

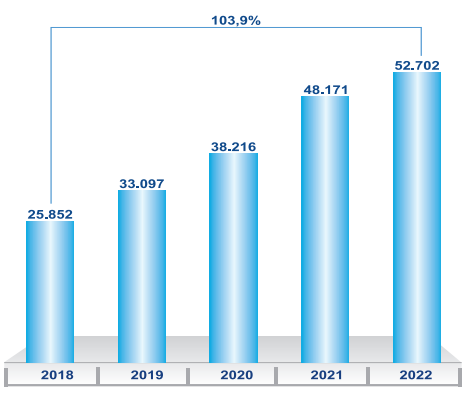
(i) NIM = Resultado Bruto da Intermediação Financeira antes da PCLD/(Ativos Totais - Permanente).

RATINGS

Agência	Rating	Data de atualização	Perspectiva
S&P Global Ratings	brAAA	05/04/2022	Estável

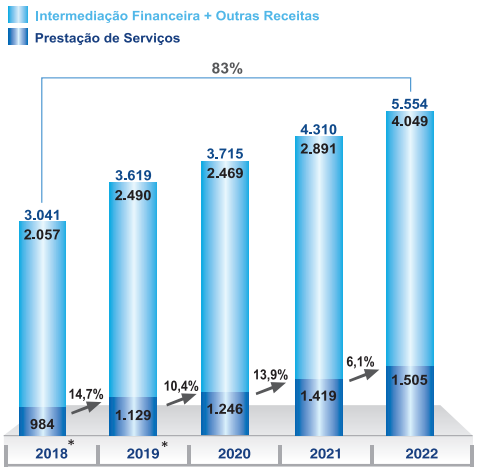
INDICADORES DE NEGÓCIO DOS PERÍODOS

Faturamento
(Em milhões de Reais)



Em 31 de dezembro de 2022, o Banco permanece com a tendência de crescimento, com um aumento no faturamento de 9,4% em relação ao ano anterior.

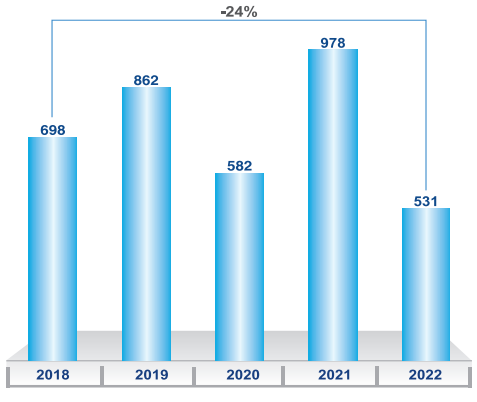
Receita
(Em milhões de Reais)



A receita total apresentou aumento de 28,9% em comparação ao ano anterior. Já a receita de prestação de serviços aumentou 6,1% neste mesmo período, representando 27,1% da receita total.

(*) Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.818/20 e a Resolução BCB nº 2/20, foi adaptada a apresentação do gráfico de receitas, em linha com as Demonstrações dos Resultados.

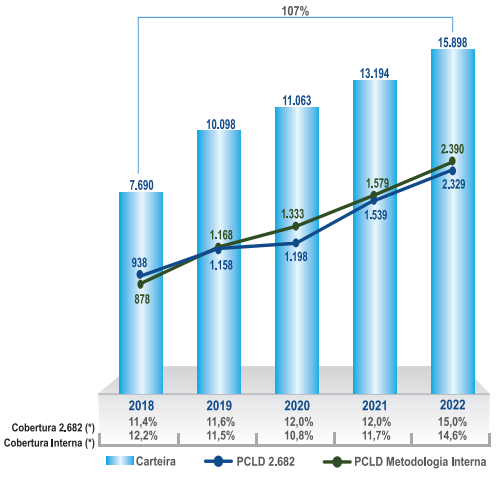
Lucro antes dos impostos (LAIR)
(Em milhões de Reais)



O aumento da provisão para perdas esperadas ocasionado pelo maior nível de clientes em atraso afetou o LAIR de 2022 quando comparado ao ano de 2021.

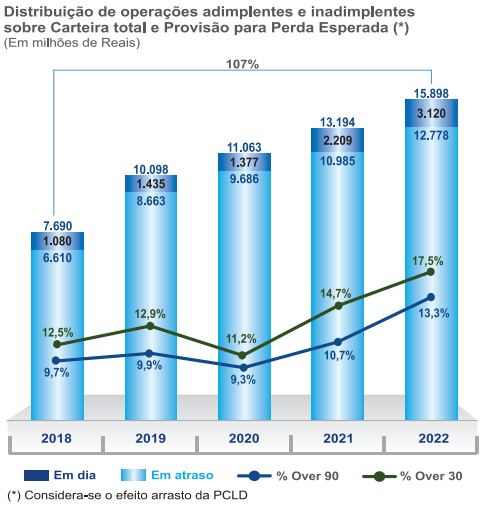
INDICADORES DE PERFORMANCE DE CRÉDITO

Provisão de Crédito Resolução nº 2.682/99 e Metodologia Interna
(Em milhões de Reais)



Por política interna do Banco, o saldo de provisão é mensalmente calculado em duas metodologias, Resolução CMN nº 2.682/99 e metodologia interna, e contabilizado, sempre, o de maior cobertura. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o saldo de provisionamento registrado foi a metodologia da Resolução nº 2.682/99 e obteve um incremento de 51,4% em relação ao ano anterior, ocasionado pelo aumento da inadimplência e da carteira.

Distribuição de operações adimplentes e inadimplentes sobre Carteira total e Provisão para Perda Esperada (*)
(Em milhões de Reais)



(*) Considera-se o efeito arrasto da PCLD

Em 31 de dezembro de 2022, o percentual da carteira em dia atingiu 80,4% em relação à carteira total, apresentando uma redução de 2,9 p.p. versus 2021. Já o percentual das carteiras em atraso acima de 30 dias (Over 30) e 90 dias (Over 90), apresentaram um aumento influenciadas pelo maior saldo de inadimplência de 2022.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

O Banco mantém práticas adequadas nos processos de governança corporativa, controles internos e gestão de riscos, com atuação ativa da alta Administração. Os comitês que se reportam diretamente ao Conselho de Administração são:

(i) **Comitê Integrado de Riscos:** composto por membro independente e representantes dos acionistas, é responsável por propor recomendações ao Conselho de Administração sobre a gestão integrada de riscos, bem como avaliar os níveis de apetite de riscos da Instituição, políticas, estratégias e supervisionar a atuação do CRO (*Chief Risk Officer*), avaliando o grau de aderência aos processos de gerenciamento de riscos e capital.

(ii) **Comitê de Auditoria:** composto pela diretoria do Banco, com a participação de membro independente, atuando como especialista financeiro, é responsável pela supervisão dos processos de controles internos e de administração de riscos, pelas atividades da auditoria interna e as atividades das empresas de auditoria independente do Banco.

(iii) **Comitê de Remuneração:** composto por representantes dos acionistas especialistas no assunto, é responsável por assessorar o Conselho de Administração do Banco na condução da política de remuneração de seus Administradores.

RELAÇÃO DOS INVESTIMENTOS EM SOCIEDADES COLIGADAS E/OU CONTROLADAS

Desde 2019, o Banco detém 100% do capital social da subsidiária CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada).

REMUNERAÇÃO DOS ACIONISTAS E REINVESTIMENTO DE LUCROS

Aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pelas importâncias destinadas à constituição da reserva legal, incentivos fiscais e à formação ou reversão da reserva para contingências.
A destinação das reservas estatutárias deverá ser deliberada em Assembleia Geral, quando o saldo dessa reserva, somado às demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, ultrapassar o limite de 100% do capital social, podendo ocorrer sua utilização para o aumento de capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO E OPERACIONAL

A estrutura de gerenciamento de riscos do Banco visa assegurar um crescimento sustentável com efetivo controle das operações, otimizando a utilização do capital e garantindo a solvência da Instituição, o aprimoramento contínuo dos seus processos e maior segurança e retorno aos nossos acionistas.
O gerenciamento de riscos é realizado de forma integrada por uma estrutura segregada das demais unidades de negócios responsável pelos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, risco estratégico, reputacional, socioambiental, gestão do capital e governança de risco de modelos. O processo de Gerenciamento de Riscos Integrados consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e dos relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração. As informações detalhadas sobre a estrutura de gerenciamento de riscos do Banco podem ser consultadas no *site* www.carrefoursolucoes.com.br na página de Governança Corporativa.

AGRADECIMENTOS

O Banco agradece a todos os nossos clientes, pela preferência e confiança e aos nossos colaboradores, pela entrega e dedicação, sem eles não conseguiríamos obter os resultados alcançados.

A DIRETORIA

São Paulo, 2 de fevereiro de 2023.

(Continua...)

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour banco

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	4	11.292	10.278
Instrumentos financeiros		14.623.729	12.111.784
Relações interfinanceiras	5	281.012	-
Conta de pagamento instantâneo		9.070	-
Aplicações em depósitos voluntários no Banco Central		271.942	-
Títulos e valores mobiliários	6	834.326	496.740
Carteira própria		577.600	449.399
Vinculados a compromisso de recompra		256.310	46.972
Vinculados à prestação de garantias		416	369
Operações de crédito	7	13.508.391	11.615.044
Setor privado		5.897.777	4.333.984
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(2.288.402)	(1.499.782)
Valores a receber relativos a transações de pagamento		10.000.311	8.860.331
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito		(101.295)	(79.489)
Outros créditos	8	659.267	812.645
Rendas a receber		32.633	18.878
Diversos		626.634	793.767
Outros valores e bens		175.441	102.271
Outros valores e bens		104	175
Despesas antecipadas	3.6	175.337	102.096
Ativos fiscais		303.429	270.221
Diferidos	9.1	303.429	270.221
Investimento	10	113.827	43.679
Imobilizado de uso	11	110.462	70.529
Outras imobilizações de uso		206.034	140.860
(-) Depreciações acumuladas		(95.572)	(70.331)
Intangível	12	779.534	752.672
Ativos intangíveis		1.274.775	1.161.414
(-) Amortizações acumuladas		(495.241)	(408.742)
Total do ativo		16.776.981	14.174.079

Passivo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Passivos financeiros		11.069.064	8.799.591
Depósitos		1.350.478	807.001
Depósitos à vista	13.1	14.271	12.052
Depósitos a prazo	13.2	166.161	97.531
Depósitos interbancários	14	1.170.046	697.418
Captação no mercado aberto	15	253.103	46.800
Carteira própria		253.103	46.800
Recursos de aceites e emissão de títulos	16	2.076.320	1.341.568
Recursos de letras imobiliárias, hipotecárias, crédito e similares		2.076.320	1.341.568
Relações interfinanceiras	17	7.389.163	6.604.222
Recebimentos e pagamentos a liquidar		7.389.163	6.604.222
Outras obrigações		2.486.334	1.770.812
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		5.134	4.998
Sociais e estatutárias	20.4	103.498	178.501
Fiscais e previdenciárias	18.1	41.840	40.280
Diversas	18.2	2.335.862	1.547.033
Provisões	19	24.692	602.830
Passivos fiscais		24.554	139.951
Correntes	9.3	24.217	139.951
Diferidos		337	-
Patrimônio líquido	20	3.172.337	2.860.895
Capital		1.742.000	1.742.000
De domiciliados no país		1.742.000	1.742.000
Reservas de capital	20.1	8.897	5.235
Reservas de lucros	20.2	1.421.353	1.115.073
Outros resultados abrangentes	20.3	87	(1.413)
Total do passivo e do patrimônio líquido		16.776.981	14.174.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA (MÉTODO INDIRETO)

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	2º semestre de 2022	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
Atividades operacionais				
Lucro líquido ajustado		1.722.336	3.194.036	2.297.212
Lucro líquido		236.073	363.152	626.318
Ajustes ao lucro líquido:		1.486.263	2.830.884	1.670.894
Depreciações e amortizações	11.2, 12.2 e 26	58.612	112.565	95.304
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	1.483.284	2.789.531	1.540.843
Atualização monetária de depósitos judiciais	28	(15.758)	(38.387)	(16.157)
Atualização monetária de impostos a compensar	28	(301)	(312)	(128)
Impostos diferidos		37.591	(34.064)	(57.003)
Receita de juros não recebidos de títulos e valores mobiliários		(51.433)	(81.098)	(24.323)
Despesa de juros não realizados de captações e depósitos		6.795	105.339	49.973
Provisão para contingências cíveis e trabalhistas	19.2.2	6.723	13.427	11.838
Provisão para contingências e outras provisões fiscais	19.2.2	1.801	43.048	71.999
Outras provisões		12.475	16.151	41.478
Provisão para crédito em confiança		1.448	2.008	18.711
Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital	20.1	493	2.814	2.567
(Ganho) / Perda na venda do imobilizado	11	5	7	8
(Ganho) / Perda na baixa de intangível	12	(2)	(2)	-
Ajuste de avaliação atuarial (benefícios pós-emprego)		50	50	33
Resultado de equivalência patrimonial	10	(55.520)	(100.193)	(64.249)
Variação de ativos e passivos		(1.397.629)	(2.619.450)	(2.171.225)
(Aumento) / Redução dos ativos		(2.941.590)	(4.808.773)	(3.659.410)
Títulos e valores mobiliários		(125.191)	(255.030)	(113.405)
Operações de crédito		(2.937.357)	(4.684.885)	(3.426.473)
Comissões a receber		(2.296)	(2.376)	15.831
Valores a receber de sociedades ligadas		(51.361)	(27.578)	(1.185)
Outros créditos		(345.446)	(345.446)	(77.292)
Outros valores e bens		(40.164)	(73.170)	(28.168)
Impostos a compensar		(59.082)	2.056	3.782
Depósitos judiciais		619.307	577.656	(32.500)
Aumento / (Redução) das obrigações		1.543.961	2.189.323	1.488.185
Captação no mercado aberto		(30.938)	230.546	47.778
Captação em letras financeiras		21.130	727.815	143.095
Depósitos interfinanceiros		486.610	501.279	393.163
Depósitos a prazo		85.325	58.024	91.341
Impostos e contribuições a pagar		210.365	182.194	309.534
Obrigações com pessoal		529	(9.391)	(19.852)
Depósitos à vista		1.165	2.219	3.234
Valores a pagar a sociedades ligadas		231.556	510.243	(277.482)
Contas a pagar		1.389.736	1.056.745	1.066.122
Realização de contingências fiscais, cíveis e trabalhistas	19.2.2	(630.910)	(634.613)	(12.057)
Impostos pagos		(151.372)	(295.046)	(207.425)
Juros pagos		(69.235)	(140.692)	(49.266)
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		324.707	574.586	125.987
Atividades de investimento				
Dividendos recebidos		-	18.680	-
Aquisição de imobilizado de uso	11	(38.047)	(66.185)	(40.786)
Baixa de imobilizado de uso	11	179	179	-
Aquisição de intangível	12	(72.832)	(113.394)	(63.791)
Baixa de intangível	12	35	35	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(110.665)	(160.685)	(104.577)
Atividades de financiamento				
Dividendos pagos	37.1	(131.875)	(131.875)	(387.223)
Juros sobre capital próprio pagos	37.1	-	-	(119.031)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(131.875)	(131.875)	(506.254)
Aumento / (Diminuição) em caixa e equivalentes de caixa		82.167	282.026	(484.844)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	4	210.137	10.278	495.122
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	4	292.304	292.304	10.278

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	Nota explicativa	2º semestre de 2022	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
Receitas da intermediação financeira		1.913.253	3.610.947	2.719.318
Operações de crédito	21	1.861.355	3.528.390	2.694.031
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	22	51.898	82.557	25.287
Despesas da intermediação financeira		(219.081)	(364.226)	(77.727)
Operações de captação no mercado	23	(219.081)	(364.226)	(77.727)
Resultado bruto da intermediação financeira		1.694.172	3.246.721	2.641.591
Despesas de provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	7.4	(1.483.284)	(2.789.531)	(1.540.843)
Outras receitas (despesas) operacionais		124.995	73.746	(122.500)
Receitas de prestação de serviços	24	764.811	1.504.969	1.419.157
Despesas de pessoal	25	(96.184)	(170.847)	(175.083)
Outras despesas administrativas	26	(620.283)	(1.172.904)	(1.065.770)
Despesas tributárias	27	(140.850)	(284.739)	(233.306)
Resultado de participações em coligadas e controladas	10	55.520	100.193	64.249
Reversões (Despesas) e atualizações de provisões de contingências cíveis e trabalhistas	19.2.2	(6.723)	(13.427)	(11.838)
Reversões (Despesas) e atualizações de outras provisões	19.2.2	(14)	(26)	(9)
Outras receitas operacionais	28	351.556	437.653	171.901
Outras despesas operacionais	29	(182.838)	(327.126)	(291.801)
Resultado operacional		335.883	530.936	978.248
Outras receitas (despesas) não operacionais		2	3	-
Resultado não operacional		2	3	-
Resultado antes da tributação sobre o lucro		335.885	530.939	978.248
Imposto de renda e contribuição social	30	(99.812)	(167.787)	(351.930)
Provisão para imposto de renda corrente		(33.934)	(111.420)	(214.820)
Provisão para contribuição social corrente		(28.287)	(90.431)	(194.113)
Ativo fiscal diferido para imposto de renda		(20.883)	18.925	31.668
Ativo fiscal diferido para contribuição social		(16.708)	15.139	25.335
Lucro líquido		236.073	363.152	626.318
Quantidade de ações (mil)		1.114.671	1.114.671	1.114.671
Lucro por ação (em R$)		0,21	0,33	0,56

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais)

	2º semestre de 2022	Exercício 31/12/2022	Exercício 31/12/2021
Lucro líquido	236.073	363.152	626.318
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado	464	1.458	965
Ativos financeiros disponíveis para venda			
Variação de valor justo - TVM	843	2.651	1.753
Impostos diferidos - TVM	(379)	(1.193)	(788)
Outros resultados abrangentes que não serão reclassificados para o resultado	42	42	187
Remensurações em obrigações de benefícios pós-emprego	42	42	187
Total do resultado abrangente	236.579	364.652	627.470

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

(Continua...)

Banco CSF S.A.

CNPJ 08.357.240/0001-50 - Torre Z - Av. Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andar - parte, Vila Cordeiro - São Paulo - SP

Carrefour banco

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

(Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Capital social integralizado	Reserva de capital	Reservas de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.742.000	3.353	1.074.258	(2.565)	-	2.817.046
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	626.318	626.318
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	31.316	-	(31.316)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	416.501	-	(416.501)	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	20.4	-	-	-	-	(178.501)	(178.501)
Pagamento baseado em instrumento de capital	20.1	-	1.882	-	-	-	1.882
Ajuste ao valor justo – TVM	20.3	-	-	-	965	-	965
Ajuste ao valor atuarial – Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	187	-	187
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(287.971)	-	-	(287.971)
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	20.4	-	-	(119.031)	-	-	(119.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	1.115.073	(1.413)	-	2.860.895
Mutação do exercício		-	1.882	40.815	1.152	-	43.849
Saldos em 31 de dezembro de 2021		1.742.000	5.235	1.115.073	(1.413)	-	2.860.895
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	363.152	363.152
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	18.158	-	(18.158)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	241.496	-	(241.496)	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	20.4	-	-	-	-	(103.498)	(103.498)
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	3.662	-	-	-	3.662
Ajuste ao valor justo – TVM	20.3	-	-	-	1.458	-	1.458
Ajuste ao valor atuarial – Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	42	-	42
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(131.875)	-	-	(131.875)
Reversão dos dividendos propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	178.501	-	-	178.501
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.742.000	8.897	1.421.353	87	-	3.172.337
Mutação do exercício		-	3.662	306.280	1.500	-	311.442
Saldos em 30 de junho de 2022		1.742.000	6.852	1.293.574	(419)	127.079	3.169.086
Lucro líquido do semestre		-	-	-	-	236.073	236.073
Destinações:							
Reserva legal	20.2	-	-	18.158	-	(18.158)	-
Reserva estatutária	20.2	-	-	241.496	-	(241.496)	-
Dividendos a pagar sobre o lucro gerado no exercício	20.4	-	-	-	-	(103.498)	(103.498)
Pagamento baseado em instrumentos de capital	20.1	-	2.045	-	-	-	2.045
Ajuste ao valor justo – TVM	20.3	-	-	-	464	-	464
Ajuste ao valor atuarial – Benefícios pós-emprego	20.3	-	-	-	42	-	42
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	20.4	-	-	(131.875)	-	-	(131.875)
Saldos em 31 de dezembro de 2022		1.742.000	8.897	1.421.353	87	-	3.172.337
Mutação do semestre		-	2.045	127.779	506	(127.079)	3.251

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco CSF S.A. ("Banco"), controlado pelo Atacadão S.A., é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Avenida Dr. Chucri Zaidan, nº 296 - 19º e 20º andares - Vila Cordeiro - São Paulo - SP, constituído em 31 de agosto de 2006 e está autorizado a operar nas Carteiras de Investimento, Crédito, Financiamento e Investimentos regulamentadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

O BACEN concedeu a autorização para funcionamento do Banco, através do despacho da Diretoria de Normas e Organização do Sistema Financeiro em 31 de agosto de 2006, publicado no Diário Oficial da União em 4 de setembro de 2006. As atividades do Banco deram início em janeiro de 2007, com o cartão *Private Label* utilizado por seus clientes para realização de compras dentro da rede Carrefour.

Em 8 de fevereiro de 2019, a JUCESP – Junta Comercial do Estado de São Paulo deferiu o Termo de Autenticação - Registro de Constituição da empresa CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI (empresa individual de responsabilidade limitada). É uma empresa subsidiária, o Banco é detentor de 100% do capital social.

Em 25 de maio de 2020, foi dado início as atividades da conta reserva do Banco (SPB / conta STR), conforme a Instrução Normativa BCB nº 170/21, através do correio nº 120039130.

Em 20 de setembro de 2021, foi aprovado pelo INSS a oferta do produto Consignado, conforme processo nº 35014.017761/2021-69.

Atualmente, o Banco é um dos principais emissores de cartão de crédito no Brasil, emitindo cartões com as marcas Carrefour, Atacadão e a partir de novembro de 2022, Sam's Club, com as bandeiras Visa e Mastercard.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Sobre o pressuposto da continuidade, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, advindas da Resolução CMN nº 4.818/20 e da Resolução BCB nº 2/20, e estão em conformidade com a legislação societária, associadas às normas e instruções do BACEN, consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, com as normas e instruções do Conselho Monetário Nacional – CMN, e com o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, quando aplicável.

As demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foram aprovadas pela Administração em 2 de fevereiro de 2023.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

3.1. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional do Banco. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

3.2. Apuração do resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência. As receitas e despesas de natureza financeira são apropriadas observando-se o critério *pro rata temporis,* substancialmente, com base no método exponencial.

As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data das demonstrações financeiras.

3.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa foram apurados de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e o Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC 03, e são representados por depósitos em instituições financeiras, incluindo as disponibilidades, bem como aplicações interfinanceiras de liquidez, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, bem como possuem prazo total de aplicação de até 90 dias a partir da data da aplicação. Dentre os recursos disponíveis com essas características, são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

3.4. Títulos e valores mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/01, os títulos e valores mobiliários são classificados em três categorias específicas, atendendo aos seguintes critérios de contabilização: "títulos para negociação", "títulos disponíveis para venda" e "títulos mantidos até o vencimento".

Os títulos classificados na categoria "títulos para negociação" são aqueles adquiridos com o objetivo de serem negociados frequentemente e de forma ativa, ajustados pelo valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos classificados na categoria "títulos disponíveis para venda" são aqueles para os quais a Administração não tem intenção de mantê-los até o vencimento, nem foram adquiridos com o objetivo de serem ativos e frequentemente negociados. Esses títulos apresentam seu valor de custo, acrescido pelos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras e ajustado pelo valor justo, sendo esses ajustes lançados em conta específica do patrimônio líquido na rubrica "Ajuste ao valor justo – TVM", líquidos dos efeitos tributários.

Os ganhos e as perdas de "títulos disponíveis para venda", quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação nas Demonstrações dos Resultados em contrapartida da conta específica do patrimônio líquido.

Os títulos classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento" são aqueles para os quais a Administração tem intenção e capacidade financeira de mantê-los até o vencimento. Esses títulos são registrados pelo seu valor de custo, acrescido dos rendimentos incorridos até a data das demonstrações financeiras. O ágio ou deságio, quando aplicável, são apropriados ao resultado em função dos prazos remanescentes dos títulos.

Na data das demonstrações financeiras não existiam títulos e valores mobiliários classificados nas categorias: "títulos para negociação" e "títulos mantidos até o vencimento".

3.5. Operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento e provisão para operações de crédito e para valores a receber relativos a transações de pagamento

As operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos são classificadas quanto ao nível de risco, de acordo com critérios que levam em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação às operações, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99, os quais requerem a análise periódica da carteira.

Adicionalmente, além dos parâmetros estabelecidos na referida Resolução, o procedimento de provisionamento do Banco considera a perda histórica da carteira de crédito para avaliação da suficiência dos montantes registrados no balanço.

As rendas de operações de crédito vencidas há mais de 59 dias, independentemente do seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível H (100% de provisão) permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas no momento da renegociação e se houver amortização significativa da operação, poderá ocorrer a reclassificação para uma categoria de menor nível. Aquelas que haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação permanecem classificadas como nível H, sendo os eventuais ganhos provenientes das renegociações somente reconhecidos como resultado quando efetivamente recebidos.

A provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, considerada suficiente pela Administração para cobrir as perdas prováveis, atende ao requisito mínimo estabelecido pela Resolução anteriormente referida, conforme demonstrado na nota explicativa nº 7.2.

3.6. Despesas antecipadas

São representadas, substancialmente, por valores pagos relativos à contratação de licença de uso de *software*, antecipação de despesas de prestação de serviços de processamento de dados e seguros contratados. Tais valores são apropriados ao resultado pelo prazo previsto contratualmente.

Fazem parte também do grupo de despesas antecipadas os custos com originação de aquisição de clientes do Banco. Tais custos são amortizados levando-se em consideração o prazo médio de durabilidade do ciclo de vida dos produtos, conta digital e dos cartões, assim como o percentual observado de ativação dos plásticos.

3.7. Investimento

O investimento do Banco em entidades é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial.

Tal investimento é reconhecido inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Banco no lucro ou prejuízo líquido do período da investida até a data em que a influência significativa ou controle em conjunto deixa de existir.

3.8. Ativo imobilizado

Os bens e direitos, classificados no imobilizado de uso, são registrados pelo custo de aquisição. As depreciações são calculadas pelo método linear, de acordo com as taxas anuais que contemplam o prazo de vida útil econômica estimada dos bens, detalhadas na nota 11, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada.

3.9. Ativo intangível

São registrados pelo custo, deduzido da amortização calculada pelo método linear durante a vida útil estimada, a partir da data da sua disponibilidade para uso, detalhadas na nota 12, baseada em laudo de avaliação técnica elaborado periodicamente por empresa especializada e correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção do Banco ou exercidos com essa finalidade.

3.10. Ajuste ao valor de recuperação de ativos não financeiros (Impairment)

Ativos não financeiros estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais, ou em maior frequência, se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de redução do valor de recuperação dos mesmos.

3.11. Depósitos, captações no mercado aberto, recursos de aceites e emissão de títulos e relações interfinanceiras

São demonstrados por valores das exigibilidades considerando os encargos exigíveis até a data das demonstrações financeiras, reconhecidos em base *pro rata* dia. Os valores e prazos estão demonstrados nas notas 13, 14, 15, 16 e 17.

3.12. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com a Resolução CMN nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Contábil (CPC 25) e a Carta-Circular BACEN nº 3.429/10, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes -** Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- **Passivos contingentes -** São reconhecidos nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As provisões para contingências são realizadas de acordo com o CPC 25.

O Banco adota a seguinte metodologia de provisão para contingências cíveis e trabalhistas:

i. As ações cíveis com depósitos judiciais, para garantia da ação, e as com risco acima de R$ 25 mil, são provisionadas na totalidade dos depósitos e do risco, registrados contabilmente, para cada ação. A Administração do Banco entende que estes valores representam a melhor estimativa de perda.
ii. Para as demais ações cíveis, o Banco adota a metodologia de média móvel, levando em consideração os pagamentos efetuados nos últimos 12 meses e a quantidade de processos encerrados a favor do autor para o mesmo período. Sobre esse valor aplica-se um percentual conforme a fase processual que pode variar de 30% a 100%. Assim, a perda esperada é mensurada para estes processos de forma agregada.
iii. Para os processos administrativos, a avaliação de risco é realizada de forma individual, baseada na opinião dos assessores jurídicos e da Administração.
iv. A constituição da provisão para processos trabalhistas leva em consideração o valor nominal envolvido de cada ação e a fase processual. Sobre esse valor é calculado um percentual de provisão que pode variar de 5% a 100%, de acordo com a fase em que o processo se encontra. Assim, os processos trabalhistas são agregados de acordo com a fase processual para mensuração da perda esperada.

Para os processos trabalhistas movidos por funcionários de empresas terceirizadas, a provisão é constituída somente quando envolver empresa terceira inativa e somente na fase recursal e de execução, observando os percentuais de 35% a 100%.

- **Obrigações legais, fiscais e previdenciárias -** Referem-se às demandas judiciais, onde estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente.

3.13. Benefícios pós-emprego

O Banco participa de plano de assistência à saúde para aposentados de benefício definido. A obrigação reconhecida no balanço representa o cálculo atuarial do valor presente da obrigação relativa a benefícios definidos na data do balanço.

A obrigação relativa a benefícios definidos é calculada anualmente por atuários independentes, usando o método da unidade de crédito projetada. O valor presente da obrigação de benefício definido é determinado mediante o desconto das saídas de caixa estimadas futuras, utilizando taxas de juros de títulos do governo denominados na moeda em que os benefícios serão pagos, e que tenham prazos de vencimento similares aos prazos da respectiva obrigação. Os ganhos e as perdas atuariais são reconhecidos imediatamente em ajuste de avaliação patrimonial. Os custos do serviço corrente são reconhecidos na demonstração do resultado.

Foi publicada a Resolução CMN nº 4.877/20, referendando o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) – Benefícios a Empregados, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

3.14. Provisão para imposto de renda e contribuição social

As provisões para imposto de renda e contribuição social foram constituídas às alíquotas vigentes, sendo: imposto de renda 15%, acrescidos de adicional de 10% para o lucro tributável excedente a R$ 20 mil no mês, e contribuição social 20%, de março de 2020 até junho de 2021, 25% de julho de 2021 até dezembro de 2021, 20% de janeiro de 2022 a julho de 2022 (Lei nº 14.183/21) e 21% de agosto de 2022 a dezembro de 2022, em janeiro de 2023 a alíquota volta a ser 20% (MP nº 115/22). Adicionalmente, foram constituídos créditos tributários às mesmas alíquotas vigentes para o imposto de renda e contribuição social, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros, suficientes para a compensação desses créditos.

3.15. Reservas de pagamentos baseados em instrumentos de capital

O custo é reconhecido como despesa com benefícios a empregados e corresponde ao valor justo dos instrumentos patrimoniais na data da outorga, ou seja, a data em que os beneficiários são informados das características e dos termos do plano. Como o plano é liquidado com instrumentos patrimoniais, o benefício representado pelo pagamento baseado em ações é registrado como despesa com benefícios a empregados em contrapartida ao patrimônio líquido, de acordo com a Resolução CMN nº 3.989/11 que aprovou o CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações. O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga.

(Continua...)

3.16. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras requer que a Administração efetue estimativas e adote premissas, no seu melhor julgamento, que afetam os montantes apresentados de certos ativos, passivos, receitas, despesas e outras transações, tais como: determinação de prazo para realização dos créditos tributários, constituição de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos e provisões para passivos contingentes, entre outras. Os valores reais podem diferir dessas estimativas.

A constituição de provisão para operações de crédito considera a expectativa de não recebimento futuro correlacionada às expectativas macroeconômicas.

3.17. Ajuste a valor presente de ativos e passivos

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. Com base nas análises efetuadas e na melhor estimativa apurada, a Administração do Banco concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários é irrelevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto e, dessa forma, não registrou nenhum ajuste.

3.18. Resultados não recorrentes

Considerando os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 2/20 e em conexão com os conceitos do manual de contabilidade do Grupo Carrefour, um item de resultado não recorrente será destacado quando seguir os seguintes critérios:

i. não estar relacionado ou estar relacionado incidentalmente com as atividades típicas da Instituição;
ii. não estar previsto para ocorrer com frequência nos exercícios futuros;
iii. estar classificado como eventos de *impairment,* resultado por baixa e/ou venda de ativos ou *write off;* e
iv. para os demais eventos, estar acima do critério de materialidade definido como R$ 5 milhões para receitas e despesas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Disponibilidades	11.292	10.278
Relações interfinanceiras	281.012	-
Total	**292.304**	**10.278**

5. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Conta de pagamento instantâneo	9.070	-
Aplicações em depósitos voluntários no Banco Central [(i)]	271.942	-
Total	**281.012**	**-**

[(i)] Aplicações compromissadas *over night* em depósitos no Banco Central.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

O Banco não adota como estratégia de atuação, a aquisição de títulos e valores mobiliários com o propósito de serem negociados de forma ativa e frequente e também não tem a intenção de mantê-los até o vencimento. Dessa forma, a carteira de títulos e valores mobiliários foi classificada na categoria "títulos disponíveis para venda" e não houve reclassificação de categoria entre os períodos apresentados.

A carteira de títulos e valores mobiliários é composta como segue:

	31/12/2022				
	Valores por prazo de vencimento				
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo		
Descrição			Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [(i)]:					
Carteira própria	572.814	(405)	-	572.409	572.409
Vinculados a operações compromissadas	256.476	(166)	256.476	(166)	256.310
Vinculados a garantias	416	-	-	416	416
Aplicações em fundos de investimento [(ii)]:					
Carteira própria	4.700	491	-	5.191	5.191
Total	834.406	(80)	256.476	577.850	834.326

[(i)] As operações são classificadas como Nível 1.
[(ii)] As operações são classificadas como Nível 2.

	31/12/2021				
	Valores por prazo de vencimento				
	Valor de custo atualizado	Ajuste ao valor justo	Valor justo		
Descrição			Até 360 dias	Acima de 360 dias	Total
Letras Financeiras do Tesouro - LFT [(i)]:					
Carteira própria	451.861	(2.462)	-	449.399	449.399
Vinculados a operações compromissadas	47.240	(268)	46.972	-	46.972
Vinculados a garantias	370	(1)	-	369	369
Total	499.471	(2.731)	46.972	449.768	496.740

[(i)] As operações são classificadas como Nível 1.

O valor justo das letras financeiras do tesouro registradas na categoria "disponíveis para venda" foi apurado com base nas informações divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais – ANBIMA e os fundos de investimento foram apurados a partir do valor das cotas, divulgado pelos seus administradores. A perda não realizada para estes títulos na data-base foi de R$ 80 (31/12/2021: R$ 2.731), impactando negativamente o patrimônio líquido do Banco em R$ 44 (31/12/2021: R$ 1.502), líquido dos efeitos tributários.

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E VALORES A RECEBER RELATIVOS A TRANSAÇÕES DE PAGAMENTO

As informações da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamento, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, estão assim sumarizadas:

7.1. Por tipo de operação - pessoas físicas

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Empréstimos	5.897.777	4.333.984
Valores a receber relativos a transações de pagamento [(i)]	10.000.311	8.860.331
Total da carteira	15.898.088	13.194.315
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(2.288.402)	(1.499.782)
Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito - Valores a receber relativos a transações de pagamento	(101.295)	(79.489)
Total da carteira líquida de provisão	13.508.391	11.615.044

[(i)] Referem-se aos valores a faturar de clientes, relativos às compras realizadas com cartão de crédito no período, entre a data da compra e a data do faturamento, e às transações de parcelamento de compras que não envolvam juros (parcelado sem juros).

7.2. Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações, segregadas por parcelas

	31/12/2022									31/12/2021
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Prazo	Operações em Curso Anormal									
Vincendas	-	204.347	152.904	16.886	7.009	5.488	4.127	57.105	447.866	318.765
01 a 30	-	62.019	36.814	4.731	2.350	1.860	1.536	22.670	131.980	99.279
31 a 60	-	27.502	19.148	2.158	891	679	556	8.074	59.008	42.805
61 a 90	-	18.741	14.594	1.589	604	448	337	5.066	41.379	29.599
91 a 180	-	38.910	32.655	3.314	1.146	867	662	9.187	86.741	63.199
181 a 365	-	37.873	31.491	3.043	1.123	859	618	7.378	82.385	57.663
Acima de 365	-	19.302	18.202	2.051	895	775	418	4.730	46.373	26.220
Vencidas	-	124.186	200.712	266.439	256.001	243.258	217.635	1.401.582	2.709.813	1.911.387
01 a 14	-	1.226	758	372	167	145	83	815	3.566	2.332
15 a 30	-	122.960	1.315	500	324	198	125	3.188	128.610	115.611
31 a 60	-	-	198.639	2.507	923	559	332	16.983	219.943	185.684
61 a 90	-	-	-	263.060	3.160	1.143	670	18.922	286.955	223.553
91 a 180	-	-	-	-	251.427	241.213	216.425	58.589	767.654	538.093
181 a 365	-	-	-	-	-	-	-	1.303.085	1.303.085	846.114
Subtotal	-	328.533	353.616	283.325	263.010	248.746	221.762	1.458.687	3.157.679	2.230.152
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	-	(3.285)	(10.609)	(28.333)	(78.903)	(124.373)	(155.234)	(1.458.687)	(1.859.424)	(1.232.766)

	31/12/2022									31/12/2021
	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Prazo	Operações em Curso Normal (*)									
Vincendas	11.791.395	16	-	153.288	160.514	90.748	62.202	317.836	12.575.999	10.803.241
01 a 30	4.804.367	5	-	14.750	19.489	6.983	4.805	28.415	4.878.814	4.497.791
31 a 60	1.818.203	1	-	11.672	15.295	5.735	3.871	18.669	1.873.446	1.580.429
61 a 90	1.129.064	-	-	9.999	12.254	5.186	3.512	16.046	1.176.061	974.212
91 a 180	1.979.599	1	-	25.760	30.952	13.882	9.465	42.694	2.102.353	1.801.174
181 a 365	1.485.305	2	-	36.710	38.825	21.861	14.851	68.287	1.665.841	1.392.534
Acima de 365	574.857	7	-	54.397	43.699	37.101	25.698	143.725	879.484	557.101
Vencidas até 14 dias	163.878	-	-	145	150	52	24	161	164.410	160.922
Subtotal	11.955.273	16	-	153.433	160.664	90.800	62.226	317.997	12.740.409	10.964.163
Provisão Resolução CMN nº 2.682/99	(59.776)	-	-	(15.343)	(48.199)	(45.400)	(43.558)	(317.997)	(530.273)	(346.505)
Total da carteira	11.955.273	328.549	353.616	436.758	423.674	339.546	283.988	1.776.684	15.898.088	13.194.315
Total da provisão	(59.776)	(3.285)	(10.609)	(43.676)	(127.102)	(169.773)	(198.792)	(1.776.684)	(2.389.697)	(1.579.271)

(*) Curso normal são as operações com atraso inferior a 15 dias, incluindo as operações que foram renegociadas e deixaram de estar em atraso.

A Administração do Banco apura a provisão adicional para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos com base na estimativa de perda sobre a carteira na data-base, baseado em comportamento histórico das rolagens da carteira. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não houve montantes adicionais de provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos.

7.3. Por nível de concentração

	31/12/2022			31/12/2021		
Maiores devedores	Valor	%	Provisão	Valor	%	Provisão
10 maiores clientes	930	0,01%	(930)	1.634	0,01%	(1.634)
50 seguintes maiores clientes	3.746	0,02%	(3.746)	3.943	0,03%	(3.943)
100 seguintes maiores clientes	6.400	0,04%	(6.400)	6.556	0,05%	(6.556)
Demais clientes	15.887.012	99,93%	(2.378.621)	13.182.182	99,91%	(1.567.138)
Subtotal da carteira e provisão	15.898.088	100%	(2.389.697)	13.194.315	100%	(1.579.271)

7.4. Movimentação da provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos

Movimentação	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Saldo inicial	(2.017.384)	(1.579.271)	(1.333.224)
Constituição	(1.489.025)	(2.797.958)	(2.110.756)
Reversão	5.741	8.427	569.913
Baixa para prejuízo	1.110.971	1.979.105	1.294.796
Saldo final	(2.389.697)	(2.389.697)	(1.579.271)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante de créditos recuperados era de R$ 97.655 (31/12/2021: R$ 130.126) e os créditos renegociados totalizaram R$ 2.151.034 (31/12/2021: R$ 1.241.358).

8. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Rendas a receber [(i)]	32.633	-	32.633	18.878	-	18.878
Diversos:	618.939	7.695	626.634	776.162	17.605	793.767
Incentivo a receber [(ii)]	309.147	-	309.147	59.925	-	59.925
Valores a receber de sociedades ligadas (nota 31)	122.134	-	122.134	94.556	-	94.556
Valores a receber – APAG [(iii)]	115.360	-	115.360	32.478	-	32.478
Depósitos em garantia – CSLL [(iv)]	21.220	-	21.220	557.349	-	557.349
Depósitos em garantia [(v)]	6.771	7.695	14.466	-	17.605	17.605
Crédito em confiança	17.986	-	17.986	18.999	-	18.999
Devedores diversos no país [(vi)]	23.322	-	23.322	9.164	-	9.164
Impostos a compensar	1.874	-	1.874	2.762	-	2.762
Adiantamentos e antecipações salariais	1.125	-	1.125	929	-	929
Total	651.572	7.695	659.267	795.040	17.605	812.645

[(i)] Referem-se, substancialmente, aos dividendos a receber da Corretora de Seguros EIRELI, no montante de R$ 30.058 (31/12/2021: R$ 18.680).
[(ii)] Referem-se, substancialmente, aos incentivos por renovação contratual com as bandeiras Mastercard e Visa.
[(iii)] Referem-se aos valores a receber da adquirente Cielo sobre transações de vendas realizadas nos POS produto APAG.
[(iv)] Em outubro de 2022, o Banco optou pela desistência do processo judicial nº 0012400-79.2008.4.03.6100, que questionava a legalidade da Lei nº 11.727/08 e, consequentemente, realizou a baixa dos depósitos judiciais no montante de R$ 640.828 com contrapartida de contingências da CSLL.
[(v)] Em 31 de dezembro de 2022, os valores de depósitos referem-se, substancialmente, a processos cíveis no montante de R$ 8.177 (31/12/2021: R$ 7.751), depósitos para garantia de reclamações trabalhistas no montante de R$ 2.889 (31/12/2021: R$ 2.744) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, no montante de R$ 2.668 (31/12/2021: R$ 5.887).
[(vi)] Referem-se, substancialmente, a recebimento de clientes em trânsito, no montante de R$ 5.127 (31/12/2021: R$ 1.785), saques em redes credenciadas, no montante de R$ 4.870 (31/12/2021: R$ 1.072) e valores a receber das Bandeiras sobre aliança estratégica, no montante de R$ 3.298 (31/12/2021: R$ 1.293).

9. ATIVOS E PASSIVOS FISCAIS

Em 31 de dezembro de 2022, os ativos fiscais de imposto de renda e contribuição social, no montante de R$ 303.429 (31/12/2021: R$ 270.221), referem-se às diferenças temporárias, basicamente, representadas pela provisão para operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, provisão para pagamento de bônus e participação nos lucros. Todos os créditos tributários estão reconhecidos na contabilidade, ou seja, o Banco não possui créditos não ativados.

9.1. Movimentação dos ativos fiscais

	31/12/2022					
	IR			CS		
Descrição	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2022	Saldo em 31/12/2021	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2022
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos [(i)]	94.245	53.079	147.324	75.397	42.462	117.859
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	8.787	(1.246)	7.541	7.028	(995)	6.033
Provisão para contingências tributárias	40.739	(40.668)	71	32.592	(32.535)	57
Provisão para perdas operacionais	539	6.787	7.326	431	5.430	5.861
Provisão para contingências cíveis	3.515	391	3.906	2.812	312	3.124
Provisão para contingências trabalhistas	1.615	582	2.197	1.292	465	1.757
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre TVM	683	(476)	207	546	(380)	166
Total	150.123	18.449	168.572	120.098	14.759	134.857

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

	31/12/2021					
	IR			CS		
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2021	Saldo em 31/12/2020	Constituição/ (Realização)	Saldo em 31/12/2021
Refletido no resultado						
Provisão para créditos e valores a receber relativos a transações de pagamentos [i]	62.336	31.909	94.245	49.869	25.528	75.397
Provisão para outras despesas de pessoal / participação nos lucros	8.795	(8)	8.787	7.035	(7)	7.028
Provisão para contingências tributárias	36.241	4.498	40.739	28.993	3.599	32.592
Provisão para perdas operacionais	5.216	(4.677)	539	4.173	(3.742)	431
Provisão para contingências cíveis	3.654	(139)	3.515	2.923	(111)	2.812
Provisão para contingências trabalhistas	1.530	85	1.615	1.224	68	1.292
Refletido no patrimônio líquido						
Ajuste ao valor justo sobre títulos e valores mobiliários	1.121	(438)	683	896	(350)	546
Total	118.893	31.230	150.123	95.113	24.985	120.098

[i] O saldo dos créditos tributários está demonstrado pelo valor líquido, considerando a reativação de operações de crédito renegociadas após a baixa para prejuízo.

9.2. Previsão de realização dos ativos fiscais

Com base em estudo técnico, os créditos tributários apresentados em 31 de dezembro de 2022 têm sua previsão de realização demonstrada no quadro a seguir:

	Período de realização				
Imposto de renda e contribuição social	2023	2024	2025	2026	Total
Valor nominal	297.250	5.448	526	205	303.429
Valor presente	296.877	4.778	427	155	302.237

O valor presente é calculado com base na expectativa das taxas médias de juros SELIC praticadas no mercado, relativamente aos prazos esperados de realização de tais créditos.

9.3. Passivos fiscais

Os passivos fiscais correntes estão compostos como segue:

	31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Provisão para imposto de renda	8.738	-	8.738	68.417	-	68.417
Provisão para contribuição social	15.816	-	15.816	71.534	-	71.534
Total	24.554	-	24.554	139.951	-	139.951

10. INVESTIMENTO

10.1. Composição do investimento

		31/12/2022		31/12/2021	
	Participação	Valor do investimento	Resultado de participações em controladas	Valor do investimento	Resultado de participações em controladas
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	100%	113.827	100.193	43.679	64.249

10.2. Movimentação do investimento

No país	Patrimônio líquido em 31/12/2021	Resultado do exercício	Variação de outros resultados abrangentes	Dividendos distribuídos	Patrimônio líquido em 31/12/2022
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	43.679	100.193	13	(30.058)	113.827

No país	Patrimônio líquido em 31/12/2020	Resultado do exercício	Variação de outros resultados abrangentes	Dividendos distribuídos	Outros eventos	Patrimônio líquido em 31/12/2021
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI	1.889	64.249	(2)	(18.680)	(3.777)	43.679

11. IMOBILIZADO

11.1. Composição do ativo imobilizado

		31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação	Valor contábil	Custo	Depreciação	Valor contábil
Instalações	10%	13.544	(5.730)	7.814	11.794	(4.597)	7.197
Móveis e equipamentos de uso	De 10% a 20%	6.809	(3.019)	3.790	5.692	(2.451)	3.241
Sistema de comunicação	De 10% a 20%	1.980	(1.650)	330	1.770	(1.537)	233
Sistema de processamento de dados	De 12,5% a 33,3%	183.170	(84.690)	98.480	121.073	(61.342)	59.731
Sistema de segurança	20%	531	(483)	48	531	(404)	127
Total		206.034	(95.572)	110.462	140.860	(70.331)	70.529

11.2. Movimentação do ativo imobilizado

		Custo		Depreciação		
Descrição	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	Saldo em 31/12/2022
Instalações	7.197	1.750	-	(1.133)	-	7.814
Móveis e equipamentos de uso	3.241	1.140	(23)	(583)	15	3.790
Sistema de comunicação	233	224	(14)	(127)	14	330
Sistema de processamento de dados	59.731	63.071	(974)	(24.144)	796	98.480
Sistema de segurança	127	-	-	(79)	-	48
Total	70.529	66.185	(1.011)	(26.066)	825	110.462

		Custo		Depreciação		
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Baixa	Despesa	Baixa	Saldo em 31/12/2021
Instalações	8.296	41	-	(1.140)	-	7.197
Móveis e equipamentos de uso	3.582	233	(6)	(572)	4	3.241
Sistema de comunicação	287	82	-	(136)	-	233
Sistema de processamento de dados	33.576	40.430	(8)	(14.269)	2	59.731
Sistema de segurança	206	-	-	(79)	-	127
Total	45.947	40.786	(14)	(16.196)	6	70.529

12. INTANGÍVEL

12.1. Composição do ativo intangível

		31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	Taxas anuais de amortização	Custo	Amortização	Valor contábil	Custo	Amortização	Valor contábil
Softwares e sistemas desenvolvidos	12,5%	359.937	(174.162)	185.775	292.366	(141.176)	151.190
Softwares e sistemas em desenvolvimento	0%	89.838	-	89.838	44.048	-	44.048
Direito de exclusividade	6,5%	825.000	(321.079)	503.921	825.000	(267.566)	557.434
Total		1.274.775	(495.241)	779.534	1.161.414	(408.742)	752.672

12.2. Movimentação do ativo intangível

		Custo				
Descrição	Saldo em 31/12/2021	Aquisição	Baixa	Transferência para utilização	Despesa de amortização	Saldo em 31/12/2022
Softwares e sistemas desenvolvidos	151.190	5.360	(33)	62.244	(32.986)	185.775
Softwares e sistemas em desenvolvimento	44.048	108.034	-	(62.244)	-	89.838
Direito de exclusividade	557.434	-	-	-	(53.513)	503.921
Total	752.672	113.394	(33)	-	(86.499)	779.534

		Custo				
Descrição	Saldo em 31/12/2020	Aquisição	Baixa	Transferência para utilização	Despesa de amortização	Saldo em 31/12/2021
Softwares e sistemas desenvolvidos	136.373	9.535	-	30.877	(25.595)	151.190
Softwares e sistemas em desenvolvimento	20.669	54.256	-	(30.877)	-	44.048
Direito de exclusividade	610.947	-	-	-	(53.513)	557.434
Total	767.989	63.791	-	-	(79.108)	752.672

Os ativos intangíveis referem-se à aquisição, desenvolvimento de *software* e direito de exclusividade, destinados à manutenção da atividade do Banco e implementação de novos produtos.

O direito de exclusividade refere-se ao valor pago ao Atacadão S.A. pela exclusividade na oferta e distribuição de serviços financeiros pelo Banco.

A amortização é realizada pelo método linear, pela estimativa de vida útil dos ativos adquiridos e desenvolvimento de *software* e pelo período de dezesseis anos para o ativo de direito de exclusividade, durante o qual espera-se que os benefícios futuros sejam substancialmente alcançados.

De acordo com a avaliação elaborada pela Administração sobre os ativos intangíveis, concluiu-se que, em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, não houve nenhuma indicação relevante de que os ativos possam ter sofrido qualquer desvalorização.

13. DEPÓSITOS

13.1. Depósitos à vista

Valores de saldo credor em faturas de cartões de crédito referentes a pagamentos efetuados a maior pelos clientes no montante de R$ 14.271 (31/12/2021: R$ 12.052).

13.2. Depósitos a prazo

Captações na modalidade CDB – Certificado de Depósito Bancário, por intermédio de corretoras, à taxa média de juros pós-fixada é de 101,20% do DI (31/12/2021: 101,00% do DI).

Prazo de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Até 3 meses	11.941	1.605
De 3 a 12 meses	10.226	174
De 1 a 3 anos	143.994	95.752
Total	166.161	97.531

14. DEPÓSITOS INTERBANCÁRIOS

As captações na modalidade CDI –- Certificado de Depósito Interbancário foram realizadas em condições de mercado, à taxa média de DI + 0,64% a.a. (31/12/2021: média de DI + 0,85% a.a.). As captações na modalidade DPGE – Depósito a Prazo com Garantia Especial foram contratadas, em 2021, à taxa de DI + 1,00% a.a.

Prazo de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
Até 3 meses	1.170.046	423.678
De 3 a 12 meses	-	273.740
Total	1.170.046	697.418

15. CAPTAÇÃO NO MERCADO ABERTO

Em 31 de dezembro de 2022, as captações no mercado aberto foram realizadas à taxa SELIC de 13,70% a.a. (31/12/2021: 9,15% a.a.) e estavam compostas como segue:

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Carteira própria:		
Letras Financeiras do Tesouro - LFT (até 90 dias)	253.103	46.800
Total	253.103	46.800

16. CAPTAÇÃO EM LETRAS FINANCEIRAS

As letras financeiras foram emitidas conforme segue:

Emissão	Título	Vencimento	Taxa	Pagamento	Valor
2019	Letras Financeiras	2023	DI+0,55% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 112.500
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2023 a 2024	De DI+1,10% a.a. até DI+1,30% a.a.	Juros semestrais e principal no vencimento	R$ 600.000
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2023 a 2024	De DI+1,00% a.a. até DI+1,10% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 491.000
2021	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2023 a 2024	109% do DI	Principal e juros na data do vencimento	R$ 9.000
2022	Letras Financeiras Bilaterais (Privadas)	2024 a 2025	De DI+1,00% a.a. até DI+1,15% a.a.	Principal e juros na data do vencimento	R$ 700.000

Os valores captados estão acrescidos das despesas auferidas até a data das demonstrações financeiras, calculadas *"pro rata"* dia.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as letras financeiras estavam compostas como segue:

Prazo de vencimento	31/12/2022	31/12/2021
De 3 a 12 meses	706.541	114.297
De 1 a 3 anos	1.369.779	1.227.271
Total	2.076.320	1.341.568

17. RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Valores a pagar a adquirentes, relativos às transações realizadas com cartão de crédito bandeirado.

	31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Recebimentos e pagamentos a liquidar	7.376.391	12.772	7.389.163	6.594.841	9.381	6.604.222
Total	7.376.391	12.772	7.389.163	6.594.841	9.381	6.604.222

18. OUTRAS OBRIGAÇÕES

18.1. Fiscais e previdenciárias

	31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
COFINS	18.065	-	18.065	16.438	-	16.438
Impostos e contribuições sobre salários	11.978	1.605	13.583	11.885	2.469	14.354
Impostos e contribuições sobre serviços de terceiros	4.421	-	4.421	2.821	-	2.821
PIS	2.935	-	2.935	2.671	-	2.671
ISS	2.732	-	2.732	2.376	-	2.376
IRRF	104	-	104	1.620	-	1.620
Total	40.235	1.605	41.840	37.811	2.469	40.280

18.2. Diversas

	31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	Circulante	Não circulante	Total	Circulante	Não circulante	Total
Valores a repassar a bancos sobre créditos cedidos [i]	1.025.770	71.382	1.097.152	843.331	37.679	881.010
Obrigações por transações de pagamento [ii]	238.089	54.062	292.151	94.585	18.665	113.250
Credores diversos - País [iii]	199.668	29.160	228.828	173.155	-	173.155
Provisão para despesas de pessoal	42.948	3.125	46.073	45.320	3.072	48.392
Valores a pagar a sociedades ligadas [iv] (nota 31)	544.365	127.293	671.658	179.333	151.893	331.226
Total	2.050.840	285.022	2.335.862	1.335.724	211.309	1.547.033

[i] Referem-se a repasses de valores a bancos sobre créditos cedidos pela empresa Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A., anteriormente registrados na rubrica "Valores a pagar a sociedades ligadas", que não sofreram alterações no prazo de pagamento ou incremento de taxa de juros.

[ii] Referem-se a repasses de valores a lojistas, referentes a compras de clientes realizadas no *marketplace*.

[iii] Referem-se, substancialmente, a contas a pagar a fornecedores no montante de R$ 130.975 (31/12/2021: R$ 115.263).

[iv] Referem-se, substancialmente, a valores referentes a compras de clientes realizadas nas lojas Carrefour, Atacadão e BIG que serão repassadas para essas instituições no montante de R$ 632.149 (31/12/2021: R$ 300.371), a pagamentos por serviços prestados no montante de R$ 20.001 (31/12/2021: R$ 20.127), incentivo de venda no montante de R$ 10.715 (31/12/2021: R$ 6.364).

(Continua...)

19. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

19.1. Ativos contingentes

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, o Banco não identificou ativos contingentes.

19.2. Passivos contingentes

O Banco é parte em processos judiciais de natureza cível, fiscal e trabalhista. A avaliação para constituição de provisões é efetuada, conforme critérios descritos na nota 3.12. A Administração do Banco entende que a provisão constituída é suficiente para cobrir perdas decorrentes dos respectivos processos.

19.2.1. Classificação dos passivos contingentes

	31/12/2022			31/12/2021		
Descrição	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
CSLL - Adicional 6% [(i)]	-	-	-	582.053	-	582.053
Provisões para riscos fiscais	-	-	-	582.053	-	582.053
Provisões para contingências cíveis	9.264	6.358	15.622	9.220	4.841	14.061
Provisões para contingências trabalhistas	5.331	3.455	8.786	3.859	2.599	6.458
Outras provisões [(ii)]	284	-	284	258	-	258
Total	14.879	9.813	24.692	595.390	7.440	602.830

(i) O Banco questionava judicialmente a legalidade da Lei nº 11.727/08, que majorou a alíquota da CSLL de 9% para 15%, realizando mensalmente o depósito judicial, equivalente à majoração (6%). Em 15/06/2020, foi publicada decisão do STF nas ações Declaratórias de Inconstitucionalidade, ADI's 4.101 e 5.485, julgando constitucional a majoração das alíquotas de CSLL para as instituições financeiras. Em outubro de 2022, o Banco optou pela desistência do processo judicial e consequentemente deixou de realizar os depósitos judiciais, passando a recolher a CSLL de forma integral (notas 8 e 9.1).

(ii) Referem-se à multa sobre FGTS.

19.2.2. Movimentação dos passivos contingentes

	31/12/2022				
Descrição	**Fiscais**	**Cíveis [(i)]**	**Trabalhistas [(i)]**	**Outras provisões**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2021	582.053	14.061	6.458	258	602.830
Constituição	19.727	12.490	9.081	26	41.324
Atualização monetária	24.257	611	717	-	25.585
Reversão	(962)	(5.609)	(3.863)	-	(10.434)
Realização	(625.075)	(5.931)	(3.607)	-	(634.613)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	-	15.622	8.786	284	24.692

	31/12/2021				
Descrição	**Fiscais**	**Cíveis [(i)]**	**Trabalhistas [(i)]**	**Outras provisões**	**Total**
Saldos em 31 de dezembro de 2020	510.063	14.617	6.121	249	531.050
Constituição	54.003	20.188	4.416	9	78.616
Atualização monetária	17.987	188	395	-	18.570
Reversão	-	(10.400)	(2.949)	-	(13.349)
Realização	-	(10.532)	(1.525)	-	(12.057)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	582.053	14.061	6.458	258	602.830

(i) Nas ações cíveis que envolvem disputas, principalmente, relativas a danos morais e materiais e nas ações trabalhistas que envolvem disputas relativas a processos de funcionários do Banco, o montante provisionado representa a avaliação da Administração do Banco sobre as perdas prováveis esperadas nessas ações.

19.2.3. Cronograma esperado de desembolsos

Descrição	**Cíveis**	**Trabalhistas**	**Outras provisões**
Até 1 ano	9.264	5.331	284
De 1 a 3 anos	6.358	3.455	-
Total	15.622	8.786	284

O cenário de imprevisibilidade do tempo de duração dos processos, bem como a possibilidade de alterações na jurisprudência dos tribunais, tornam incertos os valores e o cronograma esperado de saída.

19.2.4. Causas possíveis

O valor das causas fiscais, com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2022, era de R$ 42.687 (31/12/2021: R$ 37.804), que se refere, substancialmente, a multas e pedidos de compensação de CSLL.

O valor de risco das causas cíveis com probabilidade de perda classificada pelas assessorias jurídicas como possíveis, em 31 de dezembro de 2022, é de R$ 1.596 (31/12/2021: R$ 1.944).

O Banco não têm valores de causas com probabilidade de perda possíveis para ações trabalhistas.

20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O valor do capital social no exercício é de R$ 1.742.000 e está dividido em 1.114.671.113 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal.

20.1. Reserva de capital

Reserva de pagamentos baseados em instrumentos de capital

Descrição dos planos de opções de compra de ações

Primeiro plano de opções aprovado ("Plano Pré-IPO") - Pagos com ações da controladora final do Banco - Atacadão S.A.

O primeiro plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral de acionistas, em 21 de março de 2017. O objetivo principal deste plano, implementado de acordo com a Lei nº 6.404, de 15/12/1976, foi reter um grupo de executivos-chave para o planejamento e a execução da sua oferta pública inicial (IPO) e obter um alinhamento de seus interesses com o interesse dos acionistas. Os executivos elegíveis são nomeados pelo Conselho de Administração, e são empregados do Grupo Carrefour ("Grupo"). O plano é gerido pelo Conselho de Administração, de acordo com as regras do plano aprovadas formalmente. O Conselho de Administração tem a capacidade de, a qualquer momento: (i) modificar ou encerrar o plano; e (ii) estabelecer as regras aplicáveis às situações não tratadas no plano, desde que não altere ou afete negativamente, sem consentimento do beneficiário, quaisquer direitos ou obrigações estabelecidas em quaisquer contratos relacionados ao plano.

Os termos e as condições deste plano são regulamentados em um contrato individual com cada executivo elegível. Este contrato, de acordo com as regras aprovadas pela Assembleia Geral de acionistas, define: (i) os executivos elegíveis e sua quantidade individual de opções outorgadas; (ii) o preço de exercício das opções outorgadas; (iii) o cronograma do período de aquisição do direito de exercício *(vesting);* e (iv) as condições para acessar as opções na data de *vesting* ou outros eventos que impactariam a data de *vesting.* Estas condições não incluem condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado *(non-market vesting conditions).*

Os detalhes deste plano de opções de compra de ações são apresentados abaixo:

Número de opções autorizadas [(i)]	700.364
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	3
Período de exercício das opções [(ii)]	A partir do IPO até 21 de março de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	11,70

(i) Número de opções autorizadas, aprovadas em Assembleia Geral de acionistas em 27 de junho de 2017.

(ii) As opções podem ser exercidas somente após a ocorrência da oferta pública inicial (IPO) da Controladora e se o beneficiário ainda for empregado pelo Grupo no início do período de exercício, nas seguintes frações:
i. 1/3 (um terço) na ocorrência do IPO;
ii. 1/3 (um terço) após 12 meses a partir da ocorrência do IPO; e
iii. 1/3 (um terço) após 24 meses a partir da ocorrência do IPO.

Para executivos contratados após a data de aprovação do Plano Pré-IPO (21 de março de 2017), as opções outorgadas no Plano Pré-IPO serão exercíveis de acordo com o seguinte esquema:
i. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 12 meses após o IPO;
ii. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 24 meses após o IPO; e
iii. 1/3 (um terço) das opções outorgadas 36 meses após o IPO.

O *vesting* do primeiro terço das opções outorgadas do Plano Pré-IPO aconteceu no dia 21 de julho de 2017, com a realização da Oferta Primária de Ações, 12 meses depois, o segundo terço das opções tiveram seu *vesting period* completo e 24 meses depois, o terceiro.

Plano de Performance *Stock Options 2019* ("Plano Regular 19")

O plano de opções de compra de ações da Controladora foi aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 26 de junho de 2017, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

i. Elegibilidade: os administradores e empregados do Grupo;
ii. Beneficiários: os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis: 36 meses após cada outorga;
iv. Prazo máximo para exercício das opções: até o final do 6º ano da data de tal plano;
v. Diluição societária máxima: 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como do plano de opção de compra de ações aprovado; e
vi. Preço de exercício: será determinado pelo Conselho de Administração do Grupo no momento da outorga das opções, que considerará, no máximo, os 30 pregões anteriores à data da outorga da opção.

O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de três condições de performance, com peso de 33% cada:
i. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
ii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Em 26 de setembro de 2019, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a primeira outorga de opções, conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [(i)]	320.579
Prazo de vida contratual esperada das opções	6 anos
Número de executivos elegíveis	8
Período de exercício das opções [(ii)]	A partir de 26 de setembro de 2022 até 26 de março de 2025
Preço de exercício (em R$ por opção)	21,98

(i) Número de opções autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 26 de setembro de 2019.

(ii) As opções serão liberadas neste prazo e com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Plano de Performance *Shares Local* 2020 e 2021 ("Plano Regular 20" e "Plano Regular 21")

O regulamento do plano de performance *shares* da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 14 de abril de 2020, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

i. Elegibilidade: os administradores e empregados do Grupo;
ii. Beneficiários: os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis: 36 meses após cada outorga;
iv. Prazo máximo para exercício das opções: As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting;*
v. Diluição societária máxima: 2,50% do total de ações de nosso capital social, considerando-se, neste total, o efeito da diluição decorrente do exercício de todas as opções/ações concedidas e não exercidas no âmbito deste plano, bem como dos demais planos locais aprovados; e
vi. Preço de exercício: Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos.

O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de cinco condições de performance, com peso de 20% cada:
i. Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
ii. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*total shareholder return);*
iii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa;
iv. Item relacionado à transformação digital da empresa.

Em 10 de novembro de 2020, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [(i)]	154.702
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	5
Período de exercício das opções [(ii)]	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	Não aplicável

(i) Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 10 de novembro de 2020.

(ii) As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Em 25 de agosto de 2021, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [(i)]	311.745
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	16
Período de exercício das opções [(ii)]	Os executivos receberão as ações automaticamente em 10 de novembro de 2023
Preço de exercício (em R$ por opção)	Não aplicável

(i) Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 25 de novembro de 2021.

(ii) As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Plano de Performance *Shares Local* 2022 ("Plano Regular 22")

O regulamento do plano de performance *shares* da Controladora foi baseado no regulamento atualizado em Assembleia Geral Extraordinária de acionistas, realizada em 5 de maio de 2022, consistindo em outorgas anuais cujas principais diretrizes compreendem:

i. Elegibilidade: os administradores e empregados do Grupo;
ii. Beneficiários: os executivos selecionados pelo Conselho de Administração do Grupo;
iii. Prazo para que as opções se tornem exercíveis: 36 meses após cada outorga;
iv. Prazo máximo para exercício das opções: As ações são transferidas para o executivo na data do *vesting;*
v. Preço de exercício: Não há preço de exercício, dado que as ações serão transferidas gratuitamente para os executivos.

O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de sete condições de performance, com pesos que variam de 10% a 20% cada:
i. Duas condições relacionadas à performance financeira (resultado operacional corrente e fluxo de caixa livre ajustado);
ii. Condição relacionada à valorização da ação em relação ao mercado externo (*Total Shareholder Return);*
iii. Item relacionado à responsabilidade social corporativa – CSR;
iv. Item relacionado à transformação digital da empresa.

Em 5 de maio de 2022, o Conselho de Administração do Grupo aprovou a outorga de ações conforme detalhes descritos a seguir:

Número de opções autorizadas [(i)]	130.240
Prazo de vida contratual esperada das opções	3 anos
Número de executivos elegíveis	10
Período de exercício das opções [(ii)]	Não aplicável - plano de Ações Restritas. Os executivos receberão as ações automaticamente em 5 de maio de 2025
Preço de exercício (em R$ por opção)	Não aplicável

(i) Número de ações autorizadas, aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 5 maio de 2022.

(ii) As ações serão transferidas automaticamente com base em uma cesta de determinados indicadores de performance aprovados no Conselho de Administração na data de outorga.

Mensuração de valor justo

O valor justo é determinado utilizando o modelo de precificação de opções de ações e o preço da ação na data de outorga, conforme demonstrado nos itens abaixo.

Condições de desempenho que não são baseadas em condições de mercado (*non-market vesting conditions)* não são consideradas na estimativa do valor justo das opções de compra de ações na data da mensuração. No entanto, são consideradas na estimativa do número esperado de instrumentos patrimoniais que irão proporcionar a aquisição de direito, atualizado a cada período baseado na taxa de realização esperada para as condições de desempenho que não são de mercado.

O custo calculado conforme acima descrito é reconhecido em linha reta ao longo do período de aquisição de direito (*vesting period).*

A tabela a seguir apresenta uma relação dos parâmetros do modelo utilizado (*):

	Plano Pré-IPO	**Plano Regular 19**
Valor justo da opção na data da outorga (R$ por opção)	3,73	5,20
Valor justo do preço da ação (R$ por ação)	11,70	21,98
Rendimento de dividendos (%)	1,35%	1,09%
Volatilidade esperada (%)	29,02%	27,20%
Taxa de retorno livre de risco (%)	10,25%	5,57%
Prazo de vida esperada das opções (anos)	2,72	3
Modelo utilizado	*Black-Scholes*	*Black-Scholes*

(*) Aplicável somente a planos de modalidade opções de compras de ações.

Volatilidade e rendimento de dividendos

Plano Pré-IPO: O Grupo, que ainda não estava listado no momento da aprovação do plano, definiu os parâmetros básicos com base nas cinco empresas de varejo de capital aberto como Grupo comparável, considerando a diferença na capitalização de mercado, o Grupo adotou os valores médios da volatilidade e rendimento de dividendos como a base mais apropriada para o exercício de avaliação.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar, estabelecemos a taxa anual de retorno livre de risco em 10,25%.

Plano Regular: O Grupo utilizou como parâmetro de volatilidade a taxa divulgada no *site* da Bolsa de Valores de São Paulo (B3) para o período de 12 meses e o rendimento de dividendos com base nos lucros distribuídos pelo Grupo no ano-base anterior à outorga.

A taxa de retorno livre de risco foi baseada na taxa de títulos de longo prazo divulgada pelo BACEN para período similar.

Conciliação de opções de compra de ações / ações restritas em circulação (planos regulares)

Os movimentos no plano de opções de ações / ações restritas entre os períodos de 31 de dezembro de 2022 e 2021 foram os seguintes:

	Plano Regular 19	**Plano Regular 20**	**Plano Regular 21**	**Plano Regular 22**
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	339.104	119.238	243.064	-
Opções / ações outorgadas até 31 de dezembro de 2022	-	-	-	130.240
Opções / ações pendentes em 31 de dezembro de 2022	339.104	119.238	243.064	130.240

(Continua...)

(Plano Pré-IPO)

Não houve movimentação nas opções de ações para o Plano Pré-IPO, entre os exercícios de 31 de dezembro de 2021 e de 2022.

Plano de Performance *Shares* Grupo 2019 a 2022 ("Plano Grupo 19" a "Plano Grupo 22")

Em 27 de fevereiro de 2019, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 14ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 17 de maio de 2016 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 26 de fevereiro de 2020, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 17 de fevereiro de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu pela utilização da autorização concedida na 25ª Resolução da Assembleia Geral Ordinária anual ocorrida em 14 de junho de 2019 (Grupo Carrefour França) de outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações têm o *vesting period* somente se o funcionário permanecer no Grupo até o término do *vesting period* e se a empresa atingir determinadas metas.

Em 16 de fevereiro de 2022, após aprovação da Assembleia Geral do Grupo, ocorrida no dia 21 de maio de 2021, baseado na recomendação do comitê de remuneração, o Conselho de Administração do Grupo Carrefour na França decidiu por outorgar ações (novas ou existentes) para determinados funcionários do Grupo Carrefour Brasil. As ações serão entregues gratuitamente aos elegíveis, somente se estes permanecerem no Grupo até o término do *vesting period* (36 meses) e se a empresa atingir determinadas metas, na forma dos seguintes indicadores: Resultado Operacional Corrente (ROC), Fluxo de Caixa Livre (FCF), *Total Shareholder Return* (TSR), Índice de Responsabilidade Social (RSE).

O *vesting period* é de três anos, da data da reunião do Conselho que outorgou os direitos de ações. O número de ações que serão entregues dependem do atingimento de quatro condições de performance, com peso de 25% cada:

(i) Duas condições relacionadas à performance financeira (retorno sobre investimento e fluxo de caixa livre ajustado);
(ii) Retorno total ao acionista; e
(iii) Item relacionado à responsabilidade social corporativa.

Os detalhes do plano de ações em 31 de dezembro de 2022, são demonstrados abaixo:

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22
Data da outorga [(i)]	27 de fevereiro de 2019	26 de fevereiro de 2020	17 de fevereiro de 2021	16 de fevereiro de 2022
Data da reunião do Conselho de Administração	17 de maio de 2017	14 de junho de 2019	14 de junho de 2019	21 de maio de 2021
Data do *vesting* [(ii)]	26 de fevereiro de 2022	27 de fevereiro de 2023	14 de fevereiro de 2024	16 de fevereiro de 2025
Total de ações outorgadas número na data de outorga	26.400	11.464	23.500	18.675
Número de ações outorgadas	28.500	15.018	23.500	18.675
Valor justo de cada ação (em EUR por opção) [(iii)]	14,32	13,05	11,85	14,21

(i) Data da notificação (data em que os participantes são notificados sobre as características do plano).
(ii) As ações serão entregues somente se o participante permanecer no Grupo no fim do período do *vesting period* e se as condições de performance forem atingidas.
(iii) Preço da ação do Carrefour S.A. (França) na data da outorga (preço de referência) ajustado pela estimativa de dividendos não recebidos durante o *vesting period.*

	Plano Grupo 19	Plano Grupo 20	Plano Grupo 21	Plano Grupo 22
Ações pendentes em 31 de dezembro de 2021	9.900	12.549	23.500	-
Opções / ações outorgadas até 31 de dezembro de 2022	-	-	-	18.675
Ações outorgadas em 31 de dezembro de 2022	9.900	12.549	23.500	18.675

Despesas reconhecidas no resultado

As despesas de pagamentos baseadas em ações do Banco totalizaram, em 31 de dezembro de 2022, o montante de R$ 2.814 (31/12/2021: R$ 2.567).

20.2. Reserva de lucros

Reserva legal

Nos termos da Lei nº 6.404/76 e do Estatuto Social, o Banco deve destinar 5% do lucro líquido do exercício para a reserva legal. A reserva legal não poderá exceder 20% do capital integralizado do Banco. Além disso, o Banco poderá deixar de destinar parcela do lucro líquido para a reserva legal, no exercício em que o saldo dessa reserva, acrescido do montante das reservas de capital, exceder a 30% do capital social.

Reserva estatutária

Visa garantir meios financeiros para a operação do Banco, bem como garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio ou suas antecipações. O saldo desta reserva, somado aos saldos das demais reservas de lucros a realizar e reservas para contingências, não poderá ultrapassar o limite de 100% do capital social. Caberá à Assembleia Geral deliberar acerca da destinação do valor que ultrapasse o limite em questão, podendo ocorrer a distribuição do valor excedente, sua utilização para aumento do capital social ou outra destinação a ser aprovada, nos termos da legislação em vigor.

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Legal	236.870	218.712
Estatutárias	1.184.483	896.361
Reserva de lucros	1.421.353	1.115.073

20.3. Ajuste de avaliação patrimonial

Descrição	31/12/2022	31/12/2021
Ajuste ao valor justo – TVM	(44)	(1.502)
Benefícios pós-emprego	131	89
Total	87	(1.413)

20.4. Dividendos

De acordo com o Estatuto Social do Banco, aos acionistas é assegurado o direito ao recebimento de um dividendo anual obrigatório não inferior a 30% do lucro líquido do exercício, ajustado pela importância destinada à constituição da reserva legal. Não haverá distribuição de dividendos caso seja verificada uma incompatibilidade com a situação financeira do Banco, inclusive se a administração julgar que tal distribuição possa prejudicar a liquidez mínima desejável para o Banco ou não atenda os requisitos mínimos de Basileia.

De acordo com a Assembleia Geral Ordinária (AGO) de 28 de abril de 2022, os acionistas não aprovaram a proposta da Administração para a distribuição de dividendos propostos decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, sendo este retomado ao patrimônio do Banco na conta de reserva de lucros.

	31/12/2022	
Descrição	Total	Reais por ação
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores [(i)]	131.875	0,11831
Total de dividendos pagos	131.875	0,11831
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2022 [(ii)]	103.498	0,09285
Total de dividendos a pagar	103.498	0,09285

(i) Na Assembleia Geral Extraordinária em 29 de setembro de 2022, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos decorrente de lucros gerados em exercícios anteriores. Em 11 de outubro de 2022, o Banco liquidou dividendos no montante de R$ 131.875.
(ii) Em 31 de dezembro de 2022, a Administração efetuou o registro de R$ 103.498 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2022, registrados no passivo circulante.

	31/12/2021	
Descrição	Total	Reais por ação
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2020 [(i)]	99.252	0,08904
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) [(i)]	189.303	0,16983
Dividendos adicionais propostos (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) [(ii)]	98.668	0,08852
Juros sobre capital próprio (com base em reservas estatutárias de anos anteriores) [(ii)]	119.031	0,10679
Total de dividendos pagos	506.254	0,45418
Dividendos mínimos obrigatórios referentes a 31 de dezembro de 2021 [(iii)]	178.501	0,16014
Total de dividendos a pagar	178.501	0,16014

(i) Na AGO em 29 de abril de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, decorrentes do lucro gerado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e dividendos adicionais propostos decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 21 de junho de 2021, o Banco liquidou dividendos no montante de R$ 288.555.
(ii) Na Assembleia Geral Extraordinária em 9 de dezembro de 2021, foi aprovada a distribuição de dividendos adicionais propostos e juros sobre capital próprio decorrentes de lucros gerados em exercícios anteriores a 2020. Em 10 de dezembro de 2021, o Banco liquidou dividendos e juros sobre capital próprio no montante de R$ 217.699.
(iii) Em 31 de dezembro de 2021, a Administração efetuou o registro de R$ 178.501 a título de dividendos mínimos obrigatórios, correspondentes aos 30% definidos no Estatuto Social, oriundos de lucros gerados no exercício de 2021, registrados no passivo circulante.

21. RENDAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de empréstimos	1.566.522	3.035.931	2.219.248
Recuperação de créditos - renegociação [(i)]	294.833	492.459	474.783
Total	1.861.355	3.528.390	2.694.031

(i) Nas demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante de recuperação de crédito por renegociação de dívida é de R$ 492.206 (31/12/2021: R$ 361.924) e o montante de recuperação de créditos baixados como prejuízo é de R$ 253 (31/12/2021: R$ 299). Em 31 de dezembro de 2022, não houve impacto no resultado referente às cessões de carteira em prejuízo (31/12/2021: R$ 112.560).

22. RESULTADO DE OPERAÇÕES COM TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de operações com títulos e valores mobiliários	51.244	80.235	17.951
Rendas de aplicação interfinanceira de liquidez	654	2.322	7.336
Total	51.898	82.557	25.287

23. OPERAÇÕES DE CAPTAÇÃO NO MERCADO

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas de letras financeiras	(149.150)	(250.463)	(62.980)
Despesas de depósitos interfinanceiros	(43.976)	(78.807)	(12.247)
Despesas de operações compromissadas	(19.130)	(24.348)	(995)
Despesas de depósitos a prazo	(6.825)	(10.608)	(1.505)
Total	(219.081)	(364.226)	(77.727)

24. RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Rendas de tarifa bancária [(i)]	307.141	618.800	581.765
Rendas de intercâmbio [(ii)]	325.132	601.723	501.902
Serviços prestados a ligadas [(iii)]	54.841	122.551	74.498
Tarifa de pacote SMS	51.387	102.849	100.676
Comissão sobre intermediação na venda de seguros	14.817	35.860	92.119
Outros serviços [(iv)]	11.493	23.186	68.197
Total	764.811	1.504.969	1.419.157

(i) Referem-se, substancialmente, às receitas de tarifa de anuidade no montante de R$ 618.080 (31/12/2021: R$ 581.398).
(ii) Referem-se às rendas de comissões, sobre compras nacionais e internacionais, pagas pelos adquirentes ao Banco emissor do cartão utilizado.
(iii) Referem-se às rendas de comissões sobre as compras, com ou sem juros, realizadas por clientes com Cartão Carrefour, Cartão Atacadão e Cartão Sam's Club, emitidos pelo Banco.
(iv) Referem-se, substancialmente, a rendas com taxa de adesão para uso do serviço de subadquirência no montante de R$ 20.173 (31/12/2021: R$ 9.837) e tarifa de avaliação emergencial de crédito no montante de R$ 2.091 (31/12/2021: R$ 57.780).

25. DESPESAS DE PESSOAL

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Proventos	(62.198)	(106.327)	(107.403)
Encargos sociais	(20.711)	(38.025)	(41.101)
Benefícios	(12.433)	(24.712)	(24.844)
Treinamento	(842)	(1.783)	(1.735)
Total	(96.184)	(170.847)	(175.083)

26. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Despesas com serviços de terceiros [(i)]	(213.710)	(410.779)	(356.665)
Despesas de processamento de dados [(ii)]	(154.161)	(295.662)	(249.844)
Despesas de depreciação e amortização	(58.612)	(112.565)	(95.304)
Despesas de propaganda e publicidade	(50.543)	(83.376)	(90.107)
Despesas de comunicações	(38.515)	(76.712)	(76.974)
Despesas com serviços técnicos especializados [(iii)]	(35.229)	(57.002)	(60.881)
Despesas de aluguéis	(22.863)	(44.026)	(39.140)
Despesas com serviços do sistema financeiro	(17.126)	(35.192)	(39.652)
Despesas com materiais	(12.214)	(21.915)	(13.668)
Despesas com honorários administrativos	(3.645)	(13.293)	(18.455)
Despesas com filantropias	(3.360)	(3.360)	(12.415)
Outras [(iv)]	(10.305)	(19.022)	(12.665)
Total	(620.283)	(1.172.904)	(1.065.770)

(i) Referem-se, substancialmente, às despesas com correspondentes bancários no país no montante de R$ 235.142 (31/12/2021: R$ 206.876) e serviços de cobrança no montante de R$ 152.188 (31/12/2021: R$ 138.609).
(ii) Referem-se, substancialmente, às despesas com processamento das operações de cartão de crédito.
(iii) Referem-se, substancialmente, às despesas com auditoria, consultorias, assessorias e honorários advocatícios.
(iv) Referem-se, substancialmente, às despesas com manutenção e conservação de bens e despesas com transportes.

27. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
COFINS	(104.570)	(194.574)	(155.728)
PIS	(16.992)	(31.618)	(25.306)
ISS	(16.111)	(31.577)	(31.249)
Atualização de contingências de CSLL (nota 19.2.2)	(1.536)	(24.257)	(17.987)
Outras	(1.641)	(2.713)	(3.036)
Total	(140.850)	(284.739)	(233.306)

28. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Incentivo recebido das Bandeiras [(i)]	309.144	336.217	59.287
Atualização monetária de depósitos judiciais	15.758	38.387	16.157
Recuperação de custos de comissões de seguros	12.439	23.188	17.885
Incentivos por renovação contratual	-	18.142	20.104
Participação nos lucros com venda de seguros [(ii)]	6.821	11.148	22.481
Variação cambial ativa	3.155	5.527	4.609
Reversão de provisão de riscos operacionais	3.744	4.232	27.221
Reversão de provisão de ISS (Lei Complementar nº 157/18)	-	-	2.242
Outras rendas operacionais	495	812	1.915
Total	351.556	437.653	171.901

(i) Referem-se, substancialmente, aos incentivos por renovação contratual com as bandeiras Mastercard e Visa, cujas obrigações de performance foram atingidas em 2022.
(ii) Referem-se, substancialmente, aos incentivos por cumprimento de metas de seguros, baseado em volumes de transações que foram atingidos em 2022.

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

29. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Intercâmbio nacional e internacional (i)	(98.465)	(189.437)	(174.983)
Bonificações	(29.668)	(59.461)	(59.228)
Inspeção de taxas e tarifas - DECON	(29.160)	(29.160)	-
Perdas operacionais	(8.146)	(15.668)	(15.000)
Incentivos de vendas	(5.925)	(10.715)	(6.364)
Despesas com fraudes	(3.272)	(7.621)	(21.160)
Despesas com acordos cíveis	(3.202)	(5.973)	-
Variação cambial passiva	(2.615)	(4.827)	(3.172)
Provisão para crédito em confiança	(618)	(1.178)	(8.510)
Outras	(1.767)	(3.086)	(3.384)
Total	(182.838)	(327.126)	(291.801)

(i) Referem-se às despesas incorridas pela utilização da marca das bandeiras Visa e Mastercard.

30. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	335.885	530.939	978.248
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes	(156.457)	(244.231)	(489.125)
Efeito tributário da alíquota da CSLL - MP nº 115/22 e Lei nº 14.183/21	2.909	2.909	24.572
Ajuste de IRPJ e CSLL de exercícios anteriores	4.197	(46)	-
Efeito tributário sobre (adições) / exclusões permanentes:			
Outras (despesas) indedutíveis / receitas não tributáveis	22.513	40.386	25.346
Atualização monetária de depósitos judiciais	3.303	13.262	7.504
PLR dos estatutários	-	(1.447)	(1.364)
Lei de inovação tecnológica nº 11.196/05	22.678	22.678	17.334
Perdas operacionais	(3.802)	(7.187)	(7.480)
Juros sobre capital próprio	-	-	59.516
Deduções de incentivos / subvenções fiscais	4.835	5.865	11.743
Efeito tributário do adicional de IRPJ	12	24	24
Despesa com imposto de renda e contribuição social	(99.812)	(167.787)	(351.930)
IRPJ e CSLL correntes	(62.221)	(201.851)	(408.933)
IRPJ e CSLL diferidos	(37.591)	34.064	57.003
Total do imposto de renda e contribuição social	(99.812)	(167.787)	(351.930)

31. TRANSAÇÕES ENTRE PARTES RELACIONADAS

31.1. Empresas ligadas

As operações entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.818/20.

Em 31 de dezembro de 2022, as partes relacionadas eram compostas pelas seguintes empresas:

i. Controladoras indiretas do Banco - Carrefour Comércio e Indústria Ltda. e Atacadão S.A.;
ii. Controladora direta do Banco - BSF Holding S.A.;
iii. Empresas ligadas - Comercial de Alimentos Carrefour Ltda. e Grupo BIG Brasil S.A.;
iv. Controlada do Banco - CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI; e
v. Outras partes relacionadas - Itaú-Unibanco S.A., Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda. e Ewally Tecnologia e Serviços S.A.

Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, as operações com tais partes relacionadas caracterizavam-se, basicamente, por:

	Ativo / (Passivo)		Receitas / (Despesas)		
Partes relacionadas / Operações	31/12/2022	31/12/2021	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Carrefour Comércio e Indústria Ltda. - Controlador indireto do Banco					
Desconto de campanhas	2.240	1.001	-	-	-
Valores a receber (i)	53.555	40.987	-	-	-
Valores a receber - descontos concedidos a funcionários	265	265	-	-	-
Valores a receber - *E-commerce*	3	9	-	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.291	4.208	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(9.865)	(11.523)	(60.428)	(119.337)	(109.643)
Repasses de valores e comissões (iii)	(228.627)	(239.176)	30.839	77.895	48.064
Aluguéis a pagar	(2.263)	(776)	(7.811)	(14.258)	(12.605)
Despesas administrativas	-	-	(71)	(120)	(123)
Outras despesas operacionais	-	-	(5.955)	(19.864)	(29.608)
Comercial de Alimentos Carrefour Ltda.					
Valores a receber (i)	1.577	1.140	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(323)	(368)	(1.969)	(3.955)	(4.466)
Repasses de valores e comissões (iii)	(7.918)	(1.332)	715	1.306	958
Grupo BIG Brasil S.A.					
Valores a receber (i)	433	-	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(1.838)	-	(2.121)	(2.121)	-
Repasses de valores e comissões (iii)	(16.872)	-	(560)	(560)	-
Aluguéis a pagar	(15)	-	(23)	(23)	-
Atacadão S.A.					
Desconto de campanhas	387	312	-	-	-
Valores a receber (i)	52.728	40.582	-	-	-
Valores a receber - desconto em folha de pagamento de funcionários	4.447	4.020	-	-	-
Prestação de serviços de correspondente no país (ii)	(11.871)	(8.283)	(62.291)	(118.280)	(98.941)
Repasses de valores e comissões (iii)	(391.123)	(69.049)	21.631	40.996	25.178
Aluguéis a pagar	(943)	(719)	(6.902)	(13.254)	(10.742)
Direito de exclusividade	503.921	557.434	(26.756)	(53.513)	(53.513)
Itaú-Unibanco S.A.					
Depósitos interfinanceiros	(632.941)	(423.678)	(18.188)	(28.043)	(6.884)
Operações compromissadas	(43.017)	(46.800)	(16.923)	(19.779)	428
Nova Tropi Gestão de Empreendimentos Ltda.					
Certificado de depósito bancário	-	(2.220)	-	(52)	(95)
BSF Holding S.A.					
Dividendos a pagar	(103.498)	(178.501)	-	-	-
Certificado de depósito bancário	(6.449)	(35.538)	(403)	(906)	(24)
Ewally Tecnologia e Serviços S.A.					
Valores a receber - comissões	188	81	437	923	580
Valores a pagar - prestação de serviço	(677)	-	(721)	(721)	-
CSF Administradora e Corretora de Seguros EIRELI					
Valores a receber - comissões	2.208	2.032	12.439	23.188	17.885
Dividendos a receber	30.058	18.680	-	-	-
Certificado de depósito bancário	(145.267)	(59.303)	(6.204)	(9.371)	(1.373)

(i) Referem-se a recebimentos de clientes nos pontos de vendas das lojas Carrefour, Atacadão e Sam's Club.
(ii) Referem-se a serviços de cadastro e manutenção de clientes e prestação de serviços de correspondente bancário no país, com contrapartida em despesa.
(iii) Referem-se a repasses de compras efetuadas por clientes nas lojas Carrefour Comércio e Indústria Ltda., Comercial de Alimentos Carrefour Ltda., Atacadão S.A. e Grupo BIG Brasil S.A., líquidos de comissão, com contrapartida em receita.

31.2. Remuneração do pessoal-chave da Administração

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Remuneração	3.645	13.293	13.668
Pagamento baseado em instrumentos de capital	2.045	8.897	5.235
Contribuição aos planos de aposentadoria	150	271	257
Total	5.840	22.461	19.160

32. BENEFÍCIOS PÓS-EMPREGO

Com o objetivo de complementar os benefícios da previdência social com um plano de contribuição variável, o Banco atua como patrocinador contribuindo, mensalmente, com o fundo de previdência limitando-se ao percentual mínimo de 1% e máximo de 5% do salário bruto, de acordo com a opção feita pelo funcionário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o montante da despesa dessa contribuição era de R$ 2.356 (31/12/2021: R$ 2.495) e está registrado na rubrica "despesas de pessoal".

Com base na Resolução CMN nº 4.877/20, o Banco elabora anualmente, para a data-base de dezembro, o estudo atuarial sobre a aplicação do CPC 33 – Benefícios a empregados, que resultou no montante de provisão acumulada de R$ 331 (31/12/2021: R$ 320).

33. RESULTADOS NÃO RECORRENTES

Descrição	2º semestre de 2022	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido contábil	236.073	363.152	626.318
Eventos não recorrentes	15.744	15.743	4
Resultado por baixa e/ou venda de ativos (i)	(2)	(3)	4
Inspeção de taxas e tarifas - DECON (ii)	15.746	15.746	-
Lucro líquido recorrente	251.817	378.895	626.322

(i) O Banco não tem por finalidade a venda de ativos como objeto principal de seu negócio. Os valores estão apresentados líquidos de imposto de renda e contribuição social.
(ii) Inspeção de taxas e tarifas DECON (Defesa do Consumidor) relativo à cobrança em desacordo com a regulamentação vigente de tarifa de avaliação emergencial de crédito para saldos parcelados, entre os anos 2017 e 2021. Os valores estão apresentados líquidos de imposto de renda e contribuição social e com efeitos de atualização monetária.

34. VALOR JUSTO DOS ATIVOS E PASSIVOS

34.1. Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo

	31/12/2022			31/12/2021	
Descrição	Valor justo	Nível 1	Nível 2	Valor justo	Nível 1
Ativos financeiros disponíveis para venda	834.326	829.135	5.191	496.740	496.740
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	829.135	829.135	-	496.740	496.740
Aplicações em fundos de investimento	5.191	-	5.191	-	-

Nível 1: Para as letras financeiras do tesouro, a avaliação geralmente baseia-se em preços cotados do mercado de instrumentos semelhantes, informações de apreçamento obtidas por meio dos serviços de apreçamento, como ANBIMA.
Nível 2: Para as aplicações em fundos de investimento, a avaliação baseia-se na natureza dos investimentos desta categoria e a mensuração do valor justo foi apurado a partir do valor das cotas, divulgado pelos administradores dos fundos.

34.2. Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo

Os instrumentos financeiros do Banco, exceto os ativos financeiros disponíveis para venda, são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial.

	31/12/2022			
Descrição	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades (i)	11.292	11.292	11.292	-
Operações de crédito (ii)	13.508.391	12.625.824	-	12.625.824
Passivos financeiros	11.069.064	11.091.869	11.091.869	-
Captações no mercado aberto (i)	253.103	253.103	253.103	-
Depósitos (iii)	1.350.478	1.363.938	1.363.938	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	2.076.320	2.085.665	2.085.665	-
Relações interfinanceiras (i)	7.389.163	7.389.163	7.389.163	-
Outros passivos (iv)	2.486.334	2.486.334	2.486.334	-

	31/12/2021			
Descrição	Valor contábil	Valor justo	Nível 2	Nível 3
Disponibilidades (i)	10.278	10.278	10.278	-
Operações de crédito (ii)	11.615.044	11.065.516	812.645	10.252.871
Passivos financeiros	8.799.591	8.541.638	8.541.638	-
Captações no mercado aberto (i)	46.800	46.800	46.800	-
Depósitos (iii)	807.001	805.742	805.742	-
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii)	1.341.568	1.131.674	1.131.674	-
Relações interfinanceiras (i)	6.604.222	6.604.222	6.604.222	-
Outros passivos (iv)	1.770.812	1.770.812	1.770.812	-

Nível 2: O Nível 2 inclui as informações que não são observáveis para o ativo ou passivo direta ou indiretamente, que geralmente são: (i) preços cotados para ativos ou passivos semelhantes em mercados ativos; (ii) preços cotados para ativos ou passivos idênticos ou semelhantes em mercados que não são ativos, isto é, mercados nos quais há poucas transações para o ativo ou passivo, os preços não são correntes, ou as cotações de preço variam substancialmente ao longo do tempo ou entre os especialistas no mercado de balcão (*market makers),* ou nos quais poucas informações são divulgadas publicamente; (iii) informações que não os preços cotados que são observáveis para o ativo ou passivo (por exemplo, taxas de juros e curvas de rentabilidade observáveis em intervalos cotados regularmente, volatilidades, etc.); (iv) informações que são derivadas principalmente de/ou corroboradas por dados do mercado observáveis por meio de correlação ou por outros meios.

Nível 3: O Nível 3 inclui as informações de dados para os ativos que não são baseados em dados observáveis de mercado como o fator de risco de crédito atrelado ao valor justo da carteira de crédito.

Os métodos e as premissas utilizados para a estimativa do valor justo estão definidos abaixo:

i. **Disponibilidades, captações no mercado aberto e relações interfinanceiras -** Os valores contábeis foram considerados aproximadamente equivalentes ao valor justo, pois caracterizam operações de curto prazo.
ii. **Operações de crédito**
Carteira em dia sem juros: levada a valor futuro pelas taxas equivalentes aos seus vértices de vencimento da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over.* Ambas com data de referência desta demonstração financeira.
Carteira em dia com juros: levada a valor futuro pela taxa média do Banco informada ao BACEN em seus vértices de vencimento. Trazida a valor presente pela taxa média de mercado informada pelo BACEN na data de referência desta demonstração financeira.
Carteira em atraso: levada a valor futuro pela taxa equivalente do vértice 1 da curva *Swap* DI Pré. Trazida a valor presente pela taxa DI *Over.* Ambas com data de referência desta demonstração financeira.
Como componente do Risco de Crédito, atrelado ao cálculo do valor justo para a carteira, o Banco considerou a provisão para perdas esperadas segundo as orientações do IAS-IFRS9 relativa à carteira local. No conceito IFRS9, a metodologia de cálculo já contempla a aplicação de valor justo em sua apuração.
No exercício de 2022, houve uma realocação dos valores de Operações de Crédito para uma melhor apresentação da nota explicativa.
iii. **Recursos de aceites e emissão de títulos e depósitos -** O valor justo estimado utiliza os vencimentos dos fluxos de caixa trazidos a valor presente pela taxa interpolada do CDI (taxa média entre a data-base atual e data de vencimento do título).
iv. **Outros passivos -** O valor justo é igual ao valor contábil levando em consideração que o pagamento da obrigação não sofrerá alteração até o momento da liquidação.

35. GESTÃO DE CAPITAL E DOS RISCOS DE LIQUIDEZ, MERCADO, CRÉDITO E OPERACIONAL

O Banco atua com uma estrutura de Gestão dos Riscos segregada e independente das demais atividades do negócio. A atividade de gerenciamento integrado de riscos e capital atua para assegurar que os riscos incorridos sejam identificados, mitigados, reportados e controlados, de acordo com o apetite ao risco estabelecido pela Instituição.

Na Estrutura Organizacional, o Conselho de Administração é o órgão responsável por estabelecer diretrizes, aprovar as políticas e definir o nível de apetite ao Risco na Instituição. O Conselho de Administração conta ainda com uma estrutura de Comitês como ALCO (Comitê de Ativos e Passivos), Comitê de Risco de Crédito e o CIR (Comitê Integrado de Riscos) que tem por objetivo facilitar a comunicação para a alta Administração.

Com o objetivo de garantir uma atuação independente, a Superintendência de Riscos Integrados é responsável pelo gerenciamento dos riscos de liquidez, mercado, crédito, operacional, estratégico, socioambiental, gestão do capital e governança de validação de modelos. O processo de Gerenciamento Integrado de Riscos consiste em identificar, mensurar, avaliar, monitorar, controlar, reportar e mitigar os riscos do Banco, reportando-os à alta Administração da Instituição por meio de uma estrutura de comitês periódicos. A aprovação das políticas e relatórios de acesso público referentes ao gerenciamento de riscos é submetida para aprovação do Conselho de Administração.

O Banco realiza a gestão integrada de riscos em atendimento à Resolução CMN nº 4.557/17, para isto foi aprovado pelo Conselho de Administração um plano de ação, buscando a aderência às melhores práticas de mercado.

35.1. Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como:

i. a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas; e
ii. a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

O gerenciamento de risco de liquidez é realizado por meio de controle diário do fluxo de caixa, elaborado através de modelos internos, projetando cenários de curto e longo prazo, considerando as principais fontes de receitas, despesas e riscos relacionados, e variáveis econômicas que influenciam o negócio, possibilitando uma visão estratégica do impacto do risco de liquidez no negócio. Esses modelos são baseados em metodologias que atendem às necessidades do nosso negócio e passam por validações periódicas através de testes de aderência.

Compõe o gerenciamento de risco de liquidez, a simulação de cenários de estresse considerando que as premissas de maior impacto sejam por eventos internos ou impactos macroeconômicos. Por meio destes cenários, podemos definir linhas de contingências e estratégias de liquidez. As decisões são aprovadas no ALCO.

O reporte regulatório das posições relacionadas ao risco de liquidez é realizado por meio do relatório mensal Demonstrativo de Risco de Liquidez (DRL).

Parte da estratégia administrativa de liquidez do Banco consiste em investir em títulos públicos, altamente líquidos e oferecer um retorno satisfatório.

(Continua...)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 E DE 2021 E
SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

As tabelas a seguir mostram em detalhes o valor contábil dos ativos e passivos financeiros, o prazo de vencimento contratual restante dos ativos e passivos do Banco e os prazos de amortizações contratuais, assim como os fluxos de caixa futuros, incluindo juros dos instrumentos financeiros.

	31/12/2022					
Ativos	**Valor contábil**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Títulos e valores mobiliários	834.326	256.476	-	19.596	558.254	834.326
Operações de crédito	15.898.088	11.034.909	3.937.321	925.858	-	15.898.088
(-) Provisão para perda esperada	(2.389.697)	(1.968.674)	(212.712)	(208.311)	-	(2.389.697)
Total	14.342.717	9.322.711	3.724.609	737.143	558.254	14.342.717

Passivos	**Valor contábil**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Depósitos	1.350.478	1.196.258	10.226	143.994	-	1.350.478
Captação no mercado aberto [(i)]	253.103	253.103	-	-	-	253.103
Recursos de aceites e emissão de títulos [(ii)]	2.076.320	-	706.541	1.369.779	-	2.076.320
Relações interfinanceiras	7.389.163	-	-	7.389.163	-	7.389.163
Total	11.069.064	1.449.361	716.767	8.902.936	-	11.069.064

	31/12/2021					
Ativos	**Valor contábil**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Títulos e valores mobiliários	496.740	46.972	-	-	449.768	496.740
Operações de crédito	13.194.315	9.296.422	3.314.572	583.321	-	13.194.315
(-) Provisão para perda esperada	(1.579.271)	(1.408.848)	(127.784)	(42.639)	-	(1.579.271)
Total	12.111.784	7.934.546	3.186.788	540.682	449.768	12.111.784

	31/12/2021					
Passivos	**Valor contábil**	**Até 3 meses**	**De 3 a 12 meses**	**De 1 a 3 anos**	**Acima de 3 anos**	**Total**
Depósitos	807.001	437.335	273.914	95.752	-	807.001
Captação no mercado aberto	46.800	46.800	-	-	-	46.800
Recursos de aceites e emissão de títulos [(ii)]	1.341.568	-	114.297	1.227.271	-	1.341.568
Relações interfinanceiras	6.604.222	5.313.586	1.281.255	9.381	-	6.604.222
Total	8.799.591	5.797.721	1.669.466	1.332.404	-	8.799.591

[(i)] Os vencimentos e rentabilidades das captações estão detalhados na nota 15.
[(ii)] Os vencimentos e rentabilidades das letras financeiras estão detalhados na nota 16.

35.2. Risco de mercado

Risco de mercado define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Instituição.

Atualmente, o Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras e com foco específico no mercado de crédito para pessoas físicas. Essa estratégia permite que o Banco mantenha baixo seu nível de exposição com relação ao risco de mercado. Para realizar operações financeiras no mercado, a Instituição dispõe de uma carteira de títulos públicos de alta qualidade e liquidez, sendo que as operações são registradas na carteira *banking*.

O *report* regulatório das posições relacionadas ao risco de mercado é efetuado por meio do relatório mensal CADOC 2060 - Demonstrativo de Risco de Mercado (DRM).

35.2.1. Análise de sensibilidade

O Banco atua no mercado financeiro com estratégias conservadoras, viabilizando o acesso ao crédito por meio dos cartões Carrefour e Atacadão. Essa estratégia reflete em uma posição de ativos e passivos com baixa exposição a alterações significativas em seus valores contábeis apurados em decorrência das incertezas e sensibilidades de riscos de mercado, alterações de taxas de juros, taxas inflacionárias, cambiais e outros fatores econômicos. As principais exposições de ativos e passivos do balanço do Banco em 31 de dezembro de 2022 foram analisadas considerando a sua natureza, critérios de mensuração dos valores contábeis e respectiva exposição a alterações significativas, conforme seguem:

Ativos

Títulos e Valores Mobiliários: Instrumentos com baixo risco, e constantemente negociados sem variações relevantes dos valores justos e as taxas pós fixadas do instrumento, mesmo que com choques relevantes de cenário, não apresentariam alterações significativas por conta da baixa exposição.

Disponibilidade de Moeda Estrangeira: A exposição em moeda estrangeira é baixa e não geraria impactos significativos no valor dos ativos do Banco, mesmo que em um cenário estressado de câmbio.

Operações de Crédito: O valor apurado corresponde ao montante recebível das faturas em aberto e saldos em atraso negociados a uma taxa de juros fixa com os clientes. Desta forma, as exposições contábeis apuradas não sofrem alteração na sua mensuração em decorrência da alteração de taxas básicas praticadas, uma vez que esses efeitos seriam refletidos apenas em posições patrimoniais futuras.

Passivos

As exposições em Depósitos e Letras Financeiras são instrumentos financeiros passivos precificados com base em taxas de juros pós-fixados. Entretanto, a alteração dessas taxas não refletiria em uma alteração significativa nas posições contábeis mensuradas para a data de apresentação do balanço, uma vez que os saldos passivos são reflexos do indexador atual praticado em cada um dos instrumentos e qualquer alteração seria refletida apenas em posições futuras.

35.3. Risco de crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrerem perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e a outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte. A estrutura de gerenciamento de risco de crédito está baseada na Resolução CMN nº 4.557/17.

Atualmente, o Banco atua no segmento de varejo via concessão de crédito a pessoas físicas através dos cartões Carrefour e Atacadão. Os principais riscos de crédito incorridos pelo Banco estão relacionados à inadimplência de tomadores de créditos na liquidação dos compromissos assumidos, desembolsos financeiros para honrar compromissos de créditos ou operações de naturezas semelhantes e de possíveis renegociações em termos desfavoráveis frente às condições pactuadas inicialmente.

A estrutura de gerenciamento de risco de crédito acompanha os indicadores de concessão de crédito, de utilização do crédito por seus clientes e de recuperação de operações inadimplentes e/ou lançadas à perda contábil.

A concessão de crédito é realizada através da seleção de clientes por análise qualitativa e quantitativa de perfis. Para determinação do limite a ser disponibilizado, a área conta com sistemas automatizados, modelos estatísticos e indicadores gerenciais definidos em políticas internas da Instituição.

A gestão do portfólio é direcionada por indicadores gerenciais e sistemas que permitem alterações de limites de crédito de forma massificada e automática. Critérios de elegibilidade a estas ações, bem como limitadores de valores e períodos para realização das mesmas, estão definidos em política interna.

Sobre a carteira inadimplente ou com tendência à inadimplência são realizadas ações de recuperação da saúde financeira do cliente e das operações com alta probabilidade de *default*. A régua de ações de cobrança, definições estratégicas de atuação, política de descontos em negociações e remuneração de escritórios externos de cobrança estão definidos em política interna.

Os relatórios de análise da carteira de crédito são disponibilizados às áreas de negócio e à alta Administração. Periodicamente são apresentados ao Comitê de Risco de Crédito, ao CIR indicadores como o custo de crédito, saldo de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD), indicadores de performance e inadimplência da carteira e a parcela de alocação de capital para exposições ao risco de crédito.

Para mais detalhes, ver nota 7.

35.4. Risco operacional

Risco Operacional é a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos (catástrofes naturais, crises sociais e econômicas de mercado, problemas com infraestrutura e crises sistêmicas) ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui ainda o risco legal, associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como às sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e à indenização por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição.

O Banco classifica os eventos de riscos identificados em seus processos nas seguintes categorias:

i. Fraude interna;
ii. Fraude externa;
iii. Demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho;
iv. Práticas inadequadas junto aos clientes, produtos e serviços;
v. Danos a ativos físicos próprios ou em uso pela Instituição;
vi. Danos que acarretem a interrupção das atividades da Instituição;
vii. Falhas sistêmicas de tecnologia da informação; e
viii. Falhas na execução, cumprimento de prazos e gerenciamento das atividades na Instituição.

A área de Risco Operacional & Controles Internos encontra-se sob a mesma estrutura dos demais riscos e é responsável por implementar as políticas e os procedimentos relacionados ao processo de gerenciamento de riscos operacionais do Banco.

A política de Risco Operacional & Controles Internos do Banco é submetida à revisão e aprovação anual pela Diretoria de Riscos & Governança de Dados e pelo Conselho de Administração, e tem o objetivo de estabelecer as diretrizes e estratégias do gerenciamento de riscos operacionais e controles internos da Instituição, definindo um sistema de regras, princípios e responsabilidades de modo a identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar riscos, em conformidade com as regras estabelecidas pelos órgãos reguladores (CMN e BACEN).

Seguindo os princípios de boas práticas determinados pelo BACEN, o sistema de gerenciamento de risco operacional do Banco estrutura-se em três linhas de defesa, com papéis e responsabilidades bem definidos, de forma a reafirmar a segregação entre as unidades de negócios e suporte e garantir a gestão dos riscos de forma descentralizada e independente, além de uma governança estruturada através de fóruns e órgãos colegiados, que reportam à alta Administração.

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Risco Operacional & Controles Internos utilizadas no Banco para o eficaz gerenciamento dos riscos operacionais, ressaltamos:

i. Mapeamento de riscos e controles;
ii. Base de perdas operacionais;
iii. Execução de testes;
iv. Monitoramento dos planos de ação para mitigação dos riscos apontados; e
v. A mensuração da exposição final ao risco.

Em atendimento ao disposto pela Circular BACEN nº 3.640/13, o Conselho de Administração do Banco optou por seguir a metodologia designada por "Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada" para cálculo do Capital Regulatório para Risco Operacional.

35.5. Risco estratégico

Segundo as definições dos Componentes de Gerenciamento de Riscos Corporativos (COSO 2017), o Risco Estratégico pode ser identificado por três grandes dimensões, que dizem respeito à sinergia entre o Planejamento Estratégico e os Riscos relacionados à estratégia. Essas três grandes dimensões são:

i. A possibilidade da estratégia não estar alinhada com a missão, visão e principais valores;
ii. As implicações derivadas da estratégia escolhida; e
iii. Riscos na execução da estratégia.

O processo de definição do Planejamento Estratégico deve considerar os principais riscos que podem afetar os seus objetivos estratégicos e de negócio e resultar em indicadores que permitam ganhos de performance.

O inventário de Riscos Estratégicos foi desenvolvido em sinergia com a área de Planejamento Estratégico. Após a definição das Diretrizes Estratégicas do Banco, os riscos foram avaliados nas três dimensões citadas anteriormente.

35.6. Risco social, ambiental e climático (RSAC)

Risco social, ambiental e climático (RSAC) define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais. Para o gerenciamento desse risco devemos considerar:

i. Sistemas, rotinas e procedimentos que possibilitem identificar, classificar, avaliar, monitorar, mitigar e controlar o RSAC presente nas atividades e nas operações da Instituição;
ii. Registro de dados referentes às perdas efetivas em função de danos socioambientais, pelo período mínimo de cinco anos, incluindo valores, tipo, localização e setor econômico objeto da operação;
iii. Avaliação prévia dos potenciais impactos socioambientais negativos de novas modalidades de produtos e serviços, inclusive em relação ao risco de reputação; e
iv. Procedimentos para adequação do gerenciamento do RSAC às mudanças legais, regulamentares e de mercado.

Contamos com procedimentos internos para identificar, avaliar, gerenciar e mitigar os riscos socioambientais das operações e atividades. Este gerenciamento ocorre de acordo com as diretrizes descritas nos itens abaixo:

i. Aprovação de novos produtos e serviços: Avaliamos e gerenciamos os potenciais impactos socioambientais negativos de produtos e serviços por meio de uso de critérios no processo de criação e/ou revisão dos nossos produtos, incluindo os riscos de reputação, e possuímos normas internas de aprovação de produtos e serviços avaliando aspectos regulatórios e de gestão de riscos;
ii. Relação com partes interessadas: Promovemos o desenvolvimento contínuo e a oferta de produtos e serviços financeiros que contribuam com o desenvolvimento sustentável;
iii. Fornecedores e prestadores de serviços: Buscamos sempre trabalhar com prestadores de serviços / fornecedores que tenham boa conduta ética e que incentivem a adoção de boas práticas dentro de suas empresas, repudiando qualquer prática que não esteja em conformidade com a legislação e regulamentação vigentes, que se mostrem vinculadas a ações de favorecimento pessoal ou que caracterizem situações de corrupção ou suborno. Para nos assegurar destes riscos, incluímos em todos os contratos com fornecedores, cláusulas que estipulam obrigações anticorrupção e socioambientais, incluindo a coibição de trabalho escravo, infantil e exploração sexual, bem como o respeito ao meio ambiente, dependendo do escopo de atividade do fornecedor ou prestador de serviços;
iv. Orientação financeira: Reconhecemos a importância do uso consciente dos produtos financeiros pelos clientes pessoas físicas, incluindo os próprios funcionários da Instituição. Por isso, promovemos a educação financeira, por meio da informação e da orientação para o uso adequado e consciente do crédito; e
v. Governança: Mantemos uma estrutura de governança compatível com nosso porte e a natureza do nosso negócio, buscando promover o tratamento adequado das questões socioambientais. Para tanto, possuímos o Diretor de Gerenciamento de Riscos responsável pelo cumprimento da Política de Gestão do RSAC.

35.7. Risco reputacional

O risco reputacional define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos que possam prejudicar a imagem do Banco.

Para assegurar uma gestão efetiva do risco à estrutura de Gerenciamento Integrado de Riscos abrange:

i. Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
ii. Atividades de gerenciamento de risco reputacional (monitoramento, controle e avaliação); e
iii. Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê Integrado de Riscos e Conselho de Administração).

Dentre as metodologias e ferramentas definidas pela área de Gestão Integrada de Riscos, que modela o risco reputacional do Banco, ressaltamos:

i. Base de reclamações por jornada de cliente;
ii. Acompanhamento das citações em mídias sociais;
iii. Modelagem das informações para perda esperada; e
iv. Monitoramento do apetite a riscos de reclamações x contas ativas.

35.8. Gestão de capital

Gestão de capital na Instituição reflete um processo contínuo de ações que consideram os seguintes pontos de acordo com a exigência regulatória:

i. Monitoramento e controle do capital mantido pela Instituição;
ii. A avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos que a Instituição está exposta; e
iii. Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição.

Para assegurar uma gestão efetiva do capital, a estrutura de Gerenciamento de Capital abrange:

i. Políticas e procedimentos internos definidos e formalizados;
ii. Atividades de gerenciamento de capital (monitoramento, controle, avaliação e necessidade de capital e planejamento de metas) realizadas por área específica e segregada das demais áreas do negócio;
iii. Comitê de Ativos e Passivos como órgão decisório; e
iv. Alçada superior definida para tomada de decisões estratégicas (Diretoria, Comitê de Riscos e Conselho de Administração).

A Instituição possui um plano de capital consistente para um horizonte de tempo de três anos. Este plano é atualizado anualmente e inclui a projeção do capital disponível considerando o planejamento estratégico, as principais fontes de capital e um plano de contingência para suprir uma possível necessidade de capital, inclusive em cenários de estresse, dando suporte à Instituição para alcançar as metas definidas.

A divulgação de informações referente à Gestão de Capital fica a cargo da área de Riscos, que reporta ao ALCO e ao CIR as informações do capital da Instituição, bem como informações a respeito dos processos acompanhados. O ALCO, por sua vez, é responsável por monitorar a adequação de capital e analisar os resultados apresentados com periodicidade mínima de quatro vezes ao ano.

A avaliação de suficiência do capital para suportar os riscos aos quais a Instituição está exposta é apurada por meio da relação entre Alocação de Capital Regulatório (RWA) para os riscos de crédito, mercado e operacional e o capital da Instituição.

O indicador utilizado para medir a suficiência é o Índice de Basileia, que é apurado mensalmente pela área de Gestão Integrada de Riscos, utilizando as premissas determinadas nos normativos divulgados pelo BACEN.

36. ÍNDICE DE BASILEIA

Este gerenciamento é realizado por meio do Índice de Basileia que é apurado entre a relação de patrimônio de referência e os ativos ponderados pelos riscos, com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil "BRGAAP". No Brasil, o índice mínimo requerido para 2022 é de 10,5%.

A tabela abaixo sumariza a composição do capital regulamentar, o capital mínimo requerido e o Índice de Basileia, apurado de acordo com as Resoluções da CMN e as normas do BACEN.

Patrimônio de referência	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Nível I	2.392.804	2.108.223
Capital principal	3.172.337	2.860.895
Ajuste prudencial	(779.533)	(752.672)
Total	2.392.804	2.108.223
Exigibilidades para cobertura dos ativos ponderados pelo risco - RWA		
RWA_{CPAD} - Risco de crédito	13.395.857	11.413.774
RWA_{MPAD} - Risco de mercado	17.557	16.400
RWA_{OPAD} - Risco operacional	1.165.597	1.113.476
Total	14.579.011	12.543.650
Patrimônio de referência mínimo requerido	1.530.796	1.003.492
Folga em relação ao PR mínimo requerido	862.008	1.104.731
Índice de Basileia	16,4%	16,8%

O Índice de Basileia finalizou 2022 no patamar de 16,4%, uma redução de 0,4 p.p. com relação ao patamar de 2021, bem acima do mínimo requerido pelo regulador local (10,5%). A principal alavanca do nosso indicador é o RWA_{CPAD} (ativos ponderados pelo risco de crédito), que cresceu conforme o crescimento da carteira de crédito no período.

(Continua...)

37. OUTRAS INFORMAÇÕES

37.1. Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes das atividades de financiamento

	Passivo	Patrimônio líquido		
Descrição	Dividendos a distribuir	Capital social	Reservas de lucros	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020	99.252	1.742.000	1.074.258	2.915.510
Recursos provenientes da destinação do resultado	178.501	-	447.817	626.318
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos mínimos obrigatórios	(99.252)	-	-	(99.252)
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	(287.971)	(287.971)
Juros sobre capital próprio de exercícios anteriores	-	-	(119.031)	(119.031)
Saldos em 31 de dezembro de 2021	178.501	1.742.000	1.115.073	3.035.574
Recursos provenientes da destinação do resultado	103.498	-	259.654	363.152
Reversão dos dividendos propostos de exercícios anteriores (nota 20.4) [(i)]	(178.501)	-	178.501	-
Variações dos fluxos de caixa de financiamento				
Dividendos adicionais propostos de exercícios anteriores	-	-	(131.875)	(131.875)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	103.498	1.742.000	1.421.353	3.266.851

[(i)] As reversões dos dividendos propostos de exercícios anteriores não impactaram o caixa.

37.2. Resolução CMN nº 4.966 - Convergência às normas internacionais (IFRS 9)

A Resolução CMN nº 4.966/21 e a Resolução CMN nº 5.019/22 emitidas pelo BACEN dispõe sobre os conceitos e os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção (contabilidade de *hedge)* pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Com base nessas regulamentações todas instituições financeiras devem, até 31 de dezembro de 2022, elaborar e manter à disposição do BACEN o plano para a implementação desta regulamentação contábil, aprovado junto ao Conselho de Administração em 28 de setembro de 2022.

Para o plano de implementação, e conforme definido no artigo 70 da Resolução CMN nº 4.966/21, os critérios contábeis estabelecidos serão aplicados prospectivamente a partir da data de sua entrada em vigor. Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos serão registrados em contrapartida à conta de lucros ou prejuízos acumulados pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A Resolução esclarece que ficam facultadas às instituições mencionadas no artigo 1º a elaboração e a divulgação das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (COSIF), até o exercício de 2024, adicionalmente às demonstrações no padrão contábil internacional, conforme o disposto na Resolução nº 4.818, de 29 de maio de 2020.

A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

37.3. Resolução CMN nº 4.975 - Convergência às normas internacionais (IFRS 16)

Em dezembro de 2021, o BACEN publicou a Resolução CMN nº 4.975/21, que dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. O objetivo do normativo é a convergência das normas contábeis das instituições financeiras às normas internacionais.

A Resolução entra em vigor em 1º de janeiro de 2025 e os possíveis impactos estão sendo avaliados e serão concluídos até a data de entrada em vigor dos normativos.

A DIRETORIA

CARLOS EDUARDO CARVALHO MAUAD
Diretor-Presidente

CARLOS ALBERTO AURICCHIO JUNIOR
Diretor Financeiro (Interino)

ANDRÉ LUIZ MORAIS TONELINI
Diretor de Clientes

AYDES BATISTA MARQUES JUNIOR
Diretor de Tecnologia da Informação & Operações

CARLOS ALBERTO AURICCHIO JUNIOR
Diretor de Gerenciamento de Riscos

LUIZ GUSTAVO VARGAS SOUTO
Diretor de Vendas, Atendimento & Parcerias

VANESSA PAULINO DE SOUZA
Diretora de Planejamento Estratégico

CONTABILIDADE

VALÉRIA DIAS PRATES
Contadora - CRC nº 1SP239180/O-8

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

Introdução

O Comitê de Auditoria é um órgão consultivo permanente, que assessora o Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por parte do Banco, das leis e regulamentos aplicáveis.

É responsável pela supervisão: (i) dos processos de controles internos e de administração de riscos; (ii) das atividades da Auditoria Interna; e (iii) das atividades das empresas de auditoria independente do Banco.

O Regimento Interno do Comitê de Auditoria do Banco estabelece a sua composição por, no mínimo, 3 (três) e no máximo 4 (quatro) membros, eleitos anualmente pelo Conselho de Administração, sendo que um dos membros, no mínimo, deverá ser designado Especialista Financeiro. Por ser uma instituição de capital fechado, o Banco enquadra-se ao inciso 3º do Artigo 9º da Resolução CMN nº 4.910/21, que permite a eleição de diretores do Banco como integrantes do comitê.

O Comitê de Auditoria elevou o nível de governança incorporando um membro independente em 25 março de 2019, que também foi nomeado como Especialista Financeiro, conforme Artigo 5º do Regimento do Comitê de Auditoria do Banco. As reuniões do Comitê de Auditoria do Banco contaram também com a presença de diretores da Auditoria Interna do Itaú Unibanco S.A. e da diretoria do Carrefour Comércio e Indústria Ltda. como convidados, ambos sócios do Banco, além da área de Auditoria Interna (Secretário do Comitê) do Banco.

O Banco CSF está em processo de contratação de 2 (dois) novos membros independentes para composição do Comitê de Auditoria, além da nomeação formal do CFO como membro efetivo do comitê.

As atividades do Comitê de Auditoria do Banco iniciaram-se em 23 de março de 2016 e atualmente apresenta a seguinte composição:

Carlos Eduardo Carvalho Mauad - Presidente
José Ronaldo Vilela Rezende - Especialista Financeiro / Membro Independente

Atividades exercidas

No intuito de cumprir suas atribuições e, em atendimento ao previsto em seu Calendário Anual de Trabalho, o Comitê de Auditoria reuniu-se sete (7) vezes no ano de 2022, sendo quatro (4) no segundo semestre. As demonstrações financeiras relativas ao fechamento de dezembro de 2022 foram analisadas em reunião de 2/02/2023, oportunidade em que também foi avaliado e aprovado o presente relatório.

Nessas reuniões foram abordados, em especial, assuntos relacionados a processos contábeis e financeiros, controles internos, processos de negócio e produtos, operações, crédito e cobrança, *compliance,* segurança da informação, gestão de riscos e atividades de Auditoria Interna, gestão e evolução da carga de risco.

Em conjunto com a Auditoria Externa, acompanhou e verificou os trabalhos do período, em especial a revisão das demonstrações financeiras e o relatório referente à Resolução CMN nº 4.910/21.

Foram examinadas as demonstrações financeiras elaboradas em conformidade com as normas legais e regulamentares, em especial o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF e a conformidade com as práticas contábeis adotadas no país.

Nas situações em que foram identificadas oportunidades de melhoria, foram sugeridos aprimoramentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas no período, em linha com as suas atribuições, o Comitê de Auditoria concluiu que: (i) o Sistema de Controles Internos está bem consolidado e não identificou no período fatos relevantes ou evidências que permitissem inferir que o Sistema de Controles Internos, como um todo, não é efetivo; (ii) a Auditoria Interna, tendo por base os assuntos discutidos, desempenha suas funções de forma independente e adequada; (iii) a Auditoria Externa - Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. - realizou seus trabalhos de forma independente e efetiva; e (iv) as demonstrações financeiras do semestre e exercício findo em 31/12/2022 foram elaboradas em conformidade com as normas legais e com as práticas adotadas no país e refletem, em todos os aspectos relevantes, a situação patrimonial e financeira do Banco e estão em condições de ser aprovadas.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Ao Conselho de Administração e Acionistas do Banco CSF S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco CSF S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco CSF S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade – CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do semestre corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

As provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são constituídas levando em consideração as normas regulamentares do BACEN, notadamente a Resolução do Conselho Monetário Nacional – CMN nº 2.682/99, e fundamentadas nas análises das operações de crédito em aberto (vencidas e vincendas), de acordo com as políticas internas que consideram o estabelecimento de "ratings" de crédito e as expectativas de realização da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos. Em adição ao mínimo requerido pela Resolução CMN nº 2.682/99, o Banco complementa, quando necessário, suas estimativas por meio da constituição de provisão adicional.

O Banco utiliza modelo interno na determinação da provisão adicional, que leva em consideração dados econômico-financeiros, de mercado, experiência de perda histórica, expectativa futura, entre outros.

Devido à relevância da carteira de operações de crédito e valores a receber relativos a transações de pagamentos, do uso de estimativa e do uso de julgamento por parte da Administração utilizados no cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, consideramos esse assunto como uma área de foco em nossa abordagem de auditoria, incluindo o envolvimento de membros seniores da nossa equipe.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (a) entendimento do critério de provisionamento adotado pelo Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (b) leitura da política de provisionamento do Banco para a carteira de operações de crédito e valores a receber relativos às transações de pagamentos; (c) envolvimento de especialistas na revisão dos modelos utilizados; (d) avaliação do desenho dos controles internos sobre o monitoramento das premissas utilizadas no modelo; (e) análise dos critérios de provisionamento dessas operações, com base em amostra, e da aderência aos parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/99; e (f) avaliação das divulgações efetuadas pela Administração nas demonstrações financeiras.

Com base nos procedimentos de auditoria efetuados, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração do Banco para determinar as provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do semestre corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2023.

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Carlos Claro
Contador CRC nº 1 SP 236588/O-4